

A Inerrância dos Autógrafos

Greg. L. Bahnsen

Ao dirigir-se à casa e aos amigos de Cornélio, Pedro relatou detalhadamente como o ministério ungido, ou messiânico, de Jesus de Nazaré culminara com sua morte e ressurreição (At 10.36-40). Depois da ressurreição, Cristo apareceu às testemunhas escolhidas, a quem ele incumbira de pregar ao povo e de testificar que Deus fizera dele juiz escatológico da humanidade (cf. v. 41,42). Segundo o próprio Cristo, todos os profetas testemunharam a seu respeito ao dizer que, pelo seu nome, todos os que acreditassem teriam remidos os seus pecados (v. 43). Aqui temos exposto o coração da proclamação evangélica, bem como a comissão vital de que ele deveria ser proclamado a todos os confins para o bem eterno do homem. É óbvio que a proclamação dessa mensagem em sua forma correta era crucial para que seus ouvintes pudessem escapar à ira vindoura e desfrutar da genuína remissão de pecados por meio de Cristo. Um evangelho diferente, ou distorcido, não passaria, portanto, de anátema; as boas-novas que dão vida aos que as acolhem não poderiam ter origem no homem, e sim na revelação de Jesus Cristo (Gl 1.6-12).

Assim, Pedro nos informa que a pregação do evangelho (a respeito da qual o Espírito de Cristo testificou no AT) pelos apóstolos no NT deu-se por meio do Espírito Santo enviado do céu (1 Pe 1.10-12). A exemplo do que ocorre com toda profecia genuína, essa proclamação evangélica não se deu pela vontade humana; Deus falou por meio do Espírito aos homens (2Pe 1.21). De acordo com a promessa de Cristo, esse Espírito enviado do céu para inspirar a pregação do evangelho guiou os apóstolos em *toda a verdade* (Jo 16.13). Como Espírito da verdade, não poderia permitir a intromissão de erros nas boas-novas de vida trazidas por Cristo e anunciadas pelos apóstolos. Sua mensagem, portanto, é inerrante. Além disso, os apóstolos exprimiram-se por meio de palavras ensinadas pelo Espírito de Deus (1Co 2.12,13); e esse mesmo Espírito que falava por intermédio deles controlava tanto o *que* era dito como também o *modo* de dizer (v. Mt 10.19,20). Portanto, de acordo com o testemunho da própria Escritura, a forma verbal e o conteúdo do registro apostólico da mensagem evangélica são integralmente verdadeiros e isentos de erros.

O texto bíblico pressupõe sua própria autoridade. O AT, por exemplo, é sempre citado no NT depois de fórmulas como “Deus disse” ou o “Espírito Santo predisse” (como em At 1.16; 3.24,25; 2Co 6.16). A palavra da Escritura é identificada com a palavra de Deus (e.g., Gl 3.8; Rm 9.16). Por esse motivo, todos os argumentos teológicos são decididos de uma vez por todas pela

autoridade inerente expressa na fórmula “está escrito”. Essa mesma autoridade é atribuída aos escritos apostólicos em pé de igualdade com as Escrituras do AT (2Pe 3.15; Ap 1.3). Os escritos apostólicos normalmente vêm antecedidos pela mesma fórmula “está escrito” (e.g., Jo 20.31). Portanto, tanto o NT como o AT são apresentados na Bíblia como Palavra de Deus escrita e dotada de autoridade.

Em virtude de sua origem divina, as Escrituras são integralmente confiáveis e infalíveis (v. 1Tm 1.15; 3.1; 4.9; 2Tm 2.11; Tt 3.8; Hb 2.3; 2Pe 1.19), de modo que por meio delas podemos distinguir entre o que é verdadeiro e o que é falso (v. 1Ts 5.21; 1Jo 4.1). As Escrituras são modelo de confiabilidade (Lc 1.1-4) e jamais nos desapontarão, tampouco nos confundirão (Is 28.16; Jo 19.35; 20.31; Rm 9.33; 1Pe 2.6; 1Jo 1.1-3). Sua precisão se estende a cada detalhe mínimo, como disse nosso Senhor — à menor “letra” e ao menor “traço” (Mt 5.18) — de tal forma que a solidez da mínima porção dela encontra respaldo no todo (v. Is 40.8; Mt 24.35; 1Pe 1.24,25). Cada uma das palavras da Bíblia é, por sua própria definição, infalivelmente verdadeira. Deus mesmo disse: “Eu, o SENHOR, falo a verdade; eu anuncio o que é certo” (Is 45.19). Conseqüentemente, o salmista podia dizer: “O compêndio da tua palavra é a verdade” (Sl 119.160; *Edição Pastoral*), e a literatura sapiencial nos consola: “Cada palavra de Deus é comprovadamente pura [verdadeira, sem erro]” (Pv 30.5). Se nossa perspectiva doutrinária estiver alicerçada na Palavra de Deus, só nos resta confessar que a Escritura é integralmente verdadeira, ou inerrante. Jesus testificou de modo incontestável: “A tua palavra é a verdade” (Jo 17.17).

A *Confissão de Fé de Westminster* baseia-se, portanto, em fundamento sólido quando diz que “todos os livros do AT e do NT” são integralmente “Escritura Sagrada ou Palavra de Deus escrita” (I.2), “dada inteiramente por meio de inspiração da parte de Deus”, que é “seu autor”, sendo ele mesmo a “própria verdade” (I.4). Portanto, os livros do AT e do NT são integralmente “infalíveis e de autoridade divina” (I.5), de modo que “o cristão acredita ser verdade tudo o que é revelado na Palavra, uma vez que a autoridade do próprio Deus fala por meio dela” (XIV.2). De acordo com essa grande confissão de fé da igreja, não se pode apontar nenhum erro em parte alguma da Bíblia. Afinal de contas, se Deus faz afirmações falsas em áreas de menor importância — em que nossa pesquisa pode pôr à prova sua precisão (como em detalhes históricos ou geográficos) —, como ter certeza de que ele também não teria cometido erros em questões de maior importância, como em teologia, por exemplo?¹ Se não é possível acreditar na Palavra do Senhor quando ele fala de coisas terrenas, como acreditaremos nele quando nos falar de coisas celestiais? (v. Jo 3.12).

¹ E.J. Young, *Thy Word is truth*, Grand Rapids: Eerdrnans, 1957, p. 88-9.

Ainda sobre isso, Archibald Alexander escreveu: “Se fosse possível demonstrar que os evangelistas cometeram erros evidentes ao lidar com fatos de menor importância, não teríamos como provar a inspiração de nenhum de seus escritos”.² De igual modo, Charles Hodge disse que a Bíblia “é isenta de todo tipo de erro, seja doutrinário, factual ou normativo”; a inspiração, segundo Hodge, “não se limita a verdades morais e religiosas, estendendo-se a enunciações de fatos científicos, históricos ou geográficos”.³ Alexander, Hodge e B. B. Warfield afirmaram categoricamente que não há na Bíblia “um único erro sequer” em todos os assuntos referidos em seus ensinamentos — quer se trate de declarações sobre história, história natural, etnologia, arqueologia, geografia, ciência natural, fatos históricos ou da física, princípios psicológicos ou filosóficos, ou ainda de doutrinas e deveres espirituais.⁴ A doutrina da inerrância das Escrituras, seja apresentada nas páginas da Bíblia, nas confissões das igrejas ou por teólogos de renome, jamais é mera curiosidade acadêmica ou simples digressão secundária. Ela remete ao âmago da confiabilidade e da verdade da mensagem devida do evangelho encontrada na palavra escrita de Deus. Se a Bíblia não for totalmente verdadeira, segue-se disso que nossa confiança na salvação não repousa sobre uma garantia divina e confiável, e sim sobre a autoridade mínima e falível dos homens. Warfield observou isso com muita clareza:

A atual controvérsia diz respeito a algo muito mais vital do que a “inerrância” pura e simples das Escrituras, seja nas cópias que dela se fizeram ou nos manuscritos “autógrafos”. O que está em pauta aqui é a confiabilidade da Bíblia em suas declarações expressas, bem como nas concepções fundamentais de seus autores no que se refere ao curso histórico das interações de Deus com seu povo. Está em jogo aqui, em síntese, a autoridade das representações bíblicas no que se refere à natureza da religião revelada, bem como o modo e a direção seguida por essa revelação. O que se discute é se devemos encarar a Bíblia como portadora de um relato avalizado por Deus, totalmente confiável, sobre o modo benevolente com que ele se dirige a seu povo; ou se trata-se simplesmente de uma massa de acontecimentos mais ou menos confiável da qual é preciso filtrar alguns fatos para que se possa organizar um relato confiável da revelação redentora de Deus e do modo como ele se relacionou com seu povo.⁵

A igreja, em obediência à Palavra de Deus, reconhece a inerrância absoluta da Escritura como aspecto crucial e inalienável da autoridade da revelação divina por meio da qual alcançamos o conhecimento genuíno de Cristo e a alegria incontestável da vida eterna (v. 2Tm 3.15,16).

² *Evidences of the authenticity, inspiration, and canonical authority of the Holy Scriptures*, Philadelphia: Presbyterian Board of Publication, 1836, p. 229.

³ *Systematic theology* (1872-1873) reimp., Grand Rapids: Eerdmans, 1960, vol. 1, p. 152-63. [Publicado em português com o título Teologia sistemática, pela Hagnos.]

⁴ Inspiration, *The Presbyterian Review* 7 (April, 1881), p. 227, 236, 238.

⁵ The inerrancy of the original autographs, reimp. em *Selected shorter writings of Benjamin B. Warfield*, org. John E. Meeter, Nutley N. J.: Presbyterian and Reformed, 1973, vol. 2, p. 581-2.

ESCRITURIZAÇÃO E DISTINÇÃO

Para preservar o testemunho apostólico e estender a comunhão da igreja à “palavra da vida” (1Jo 1.1-4) é que a proclamação e o ensinamento dos apóstolos foram fixados por escrito. Essa escriturização da revelação divina era necessária para que a igreja pudesse proclamá-la até o fim dos tempos (Mt 28.18-20). Van Til ressalta que a escriturização da Palavra de Deus confere à sua forma a maior permanência possível, tornando-a menos suscetível a distorções tão comuns na tradição oral.⁶

O maior atributo da palavra escrita é sua *objetividade*. A palavra oral também tem sua medida de objetividade, mas não se pode compará-la à flexibilidade ou à durabilidade da palavra escrita. A memória é imperfeita. O desejo de mudar ou de distorcer está sempre presente.⁷

A desvantagem da revelação em forma oral (tradição) é que ela se torna muito mais sensível a vários tipos de influências degeneradoras oriundas das imperfeições humanas e de sua natureza pecaminosa (por exemplo, lapsos de memória e distorções intencionais). Para inibir essas forças, ensinou-nos Kuyper, Deus decidiu fixar sua palavra por escrito — conferindo-lhe assim maior durabilidade, estabilidade, pureza e catolicidade.⁸ Um documento escrito pode ser distribuído universalmente por meio de inúmeras cópias. Além disso, pode ser acondicionado nos mais diversos locais para consulta de futuras gerações. Como tal, pode funcionar tanto como norma fixa — por meio da qual pode-se testar todas as doutrinas dos homens — e também como guia de pureza para o dia-a-dia.

Contudo, essa admirável característica de escriturização gera uma dificuldade para a doutrina da inerrância da Escritura — uma dificuldade da qual não podemos fugir. A palavra escrita tem muitas vantagens em relação à tradição oral, mas não está imune àquilo que Kuyper chamou de “vicissitudes do tempo”. A difusão da Palavra de Deus por meio da transmissão textual e da tradução abre as portas para a variação entre a forma original da palavra escrita e as formas secundárias (cópias e traduções). Essa variação requer um refinamento da doutrina bíblica da inerrância, uma vez que agora somos obrigados a nos perguntar qual seria o objeto específico da inerrância que atribuímos à Escritura. Será que a inerrância (ou infalibilidade, inspiração) é inerente aos escritos originais (autógrafos), às cópias desses originais (e, talvez, às traduções), ou a ambos?

É óbvio que, ao responder a essas indagações, alguns acabaram exagerando nas conclusões a que chegaram na tentativa de resguardar a

⁶ *A Christian theory of knowledge* (Nutley, N. J.: Presbyterian and Reformed, 1969), p. 27.

⁷ Bernard Ramm, *Special revelation and the Word of God*, Grand Rapids: Eerdmans, 1961, p. 134-5.

⁸ *Principles of sacred theology*, Grand Rapids: Eerdmans, 1954, p. 405ss.

autoridade divina das Escrituras. Certas histórias supersticiosas levaram Fílon a postular que a tradução do AT da *Septuaginta* era inspirada. Alguns católicos romanos, seguindo a declaração do papa Sixto V de que a *Vulgata* era a Escritura autêntica, disseram tratar-se de tradução inspirada. Houve protestantes que defenderam a infalibilidade inspirada dos pontos vocálicos do AT hebraico (e.g., Buxtorfs e John Owen. A *Formula Consensus Helvetica* é mais cautelosa e refere-se à inspiração “no mínimo, do poder dos pontos”). A transmissão sem erros e a preservação do texto original da Escritura foram ensinadas inicialmente por homens como Holiaz, Quenstedt e Turretin, que erraram ao não reconhecer a significação das variações textuais nas cópias das Escrituras, sempre presentes em toda a história da igreja.⁹

Não obstante tais posições, a visão que predominou ao longo dos séculos, e que é mais comum entre os evangélicos atualmente, é a de que a inerrância (ou infalibilidade, inspiração) das Escrituras é inerente apenas ao texto dos autógrafos originais. Em uma carta a Jerônimo (Carta 82), Agostinho fez o seguinte comentário sobre coisas com que deparava na Bíblia e que lhe pareciam contrárias à verdade: “Para mim, ou se trata de texto corrompido, ou o tradutor não o reproduziu como deveria; ou ainda, quem sabe, não fui capaz de entendê-lo”. Aqui, é clara a distinção entre os autógrafos e as cópias das Escrituras, bem como a limitação da inerrância àqueles. De igual modo, em sua convicção de que os textos originais não continham erros, Calvino mostrou-se preocupado com possíveis adulterações do texto, como se vê em seu comentário a Hebreus 9.1 e Tiago 4.7.¹⁰ Lutero fez um trabalho de tradução e exegese bastante criterioso na tentativa de recuperar os dizeres originais do texto bíblico.¹¹ Segundo Richard Baxter, “não há erro nem contradição [nas Escrituras]. Algumas cópias, porém, trazem falhas dos indivíduos incumbidos de preservá-las, transcrevê-las, imprimi-las e traduzi-las”. Warfield cita essa declaração e alude ainda ao trabalho de homens como John Lightfoot, Ussher, Walton e Rutherford para ilustrar como era candente a questão da inspiração limitada aos autógrafos por ocasião da Assembléia de Westminster.¹² Warfield cita ainda o artigo I.8 da *Confissão de Fé de Westminster* em que, segundo ele, ensina-se a inspiração imediata apenas dos autógrafos, e não das cópias, acrescentando que o texto original manteve-se providencialmente puro durante sua transmissão (mas não, como defendem

⁹ Henry Preserved SMITH, *Inspiration and inerrancy*, Cincinnati: Robert Clark, 1893, p. 97-8, 107-12; R. Laird HARRIS, *Inspiration and canonicity of the Bible*, ed. rev., Grand Rapids: Zondervan, 1969, p. 87; Jack ROGERS, The church doctrine of biblical authority em *Biblical authority*, org. Jack Rogers, Waco: Word, 1977, p. 30-1, 36; Clark PINNOCK, Three views of the Bible in contemporary theology em *Biblical authority*, org. Rogers, p. 62; Clark PINNOCK, *Biblical revelation*, Chicago: Moody, 1971, p. 156; Dewey M. BEEGLE, *Scripture, Tradition, and infallibility*, Grand Rapids: Eerdmans, 1973, p. 163-4.

¹⁰ Cf. John Murray, *Calvin on Scripture and divine sovereignty* (Philadelphia: Presbyterian and Reformed, 1960), p. 27-8.

¹¹ Cf. M. Reu, *Luther and the Scriptures* (Columbus, Ohio: Wartburg, 1944), p. 57-9

¹² *Inerrancy of the original autographs*, p. 586-7.

Smith e Beegle, em todas as cópias).¹³ Portanto, conclui, as traduções hoje disponíveis são adequadas às necessidades do povo de Deus, não importa a época.¹⁴

A. A. Hodge e B.B. Warfield complementam:

A fé histórica da igreja sempre advogou que as declarações de todo tipo registradas nas Escrituras [...] são isentas de erros sempre que a *ipsissima verba* dos autógrafos originais forem analisadas e interpretadas em conformidade com o sentido natural e pretendido por seu autor [...] Portanto, não se pode afirmar a ocorrência de “erros” cuja existência não possa ser atestada nos textos originais.¹⁵

Edwin Palmer cita Kuyper e Bavinck ao tratar dessa mesma questão. Cita também Dijk, para quem a autoridade da Bíblia “refere-se sempre e somente aos textos puros e originais dos autógrafos (e não às suas traduções)”.¹⁶ Outros estudiosos distinguem igualmente entre os autógrafos e as cópias dos originais, limitando a inerrância (ou infalibilidade, inspiração) aos textos originais. São eles: J. Gresham Machen, W. H. Griffith Thomas, James M. Gray, Lewis Sperry Chafer, Loraine Boettner, Edward J. Young, R. Surburg, J. I. Packer, John R. W. Stott, Carl F. H. Henry, entre outros.¹⁷ Henry sintetiza bem esse pensamento:

A inerrância refere-se exclusivamente à proclamação oral ou escrita dos profetas e apóstolos originalmente inspirados. Não apenas sua comunicação da Palavra de Deus era eficaz para o ensinamento da verdade da revelação, como também sua transmissão dessa Palavra era isenta de erros. A inerrância, entretanto, não se estende às cópias e traduções.

É evidente que H. P. Smith e C. A. Briggs enganaram-se redondamente ao afirmarem que a inerrância original da Escritura era uma nova doutrina formulada por “escolásticos modernos”.¹⁸ A resposta de Warfield foi, como sempre, bastante apropriada:

Trata-se de uma denúncia relativamente séria, própria do senso comum de inúmeras gerações que nos precederam. Que diremos, então? Devemos

¹³ B. B. WARFIELD, *The Westminster Confession and the original autographs*, em *Selected shorter writings*, vol. 2, p. 591-2; Beegle, *Scripture, tradition, and infallibility*, p. 144.

¹⁴ WARFIELD, *The inerrancy of the original autographs*, p. 580-2, 586-7; *The Westminster Confession and the original autographs*, p. 588-94.

¹⁵ *Inspiration*, p. 238, 245.

¹⁶ Response to editor, *The Banner*, vol. 112, n.º 43, 11/1 1/1977, p. 25

¹⁷ J. GRESHAM MACHEN, *The Christian faith and the modern world*, Grand Rapids: Eerdmans, 1936, p. 38-9; W. H. GRIFFITH THOMAS, *Inspiration*, *Bibliotheca Sacra*, vol. 118, n.º 469 (Jan-Mar., 1961), p. 43; JAMES M. GRAY, *The inspiration of the Bible*, em *The fundamentals*, vol. 2 Bible Institute of Los Angeles, 1917, p. 12; LEWIS SPERRY CHAFER, *Systematic theology*, vol. 1, Dallas Seminary Press, 1947, p. 71; LORAINÉ BOETTNER, *Studies in theology* Grand Rapids: Eerdmans, 1957), p. 14; E. J. YOUNG, *Thy Word is truth*, p. 55; R. SURBURG, *How dependable is the Bible*, Philadelphia and New York: Lippincott, 1972, p. 68; J. I. PACKER, “*Fundamentalism*” and *the Word of God*, Grand Rapids: Eerdmans, 1958, p. 90; JOHN R. STOTT, *Understanding the Bible*, Glendale: Gospel Light, 1972, p. 187; CARL F. H. HENRY, *God, revelation, and authority*, vol. 2, Waco: Word, 1976, p.14.

¹⁸ SMITH, *Inspiration and inerrancy*, p. 145; C. A. BRIGGS, *The Bible, the church, and the reason*, New York: Scribner, 1892, p. 97.

acreditar que ninguém, até o final do nosso maravilhoso século XIX, foi perspicaz o bastante para detectar um erro de impressão ou mesmo dar-se conta de que manuscritos copiados à mão estariam sujeitos a alterações de tempos em tempos? Estamos prontos a acreditar, por exemplo, que para os felizes donos de exemplares da “Bíblia Decaída”, o mandamento “Adulterarás” é tão divinamente “inerrante” quanto o texto genuíno do sétimo mandamento — considerando-se que “a inerrância dos autógrafos originais das Escrituras Sagradas” em nada “difere das Escrituras Sagradas que hoje possuímos”? [...] É claro que todo homem sensato, desde o início dos tempos, reconhece a diferença entre o texto genuíno e os erros de transmissão, depositando por conseguinte sua confiança no primeiro e rejeitando o segundo.¹⁹

Para os cristãos que se debruçaram sobre a questão inescapável suscitada pela escriturização da palavra de Deus (ou seja, será que a inspiração, a infalibilidade e/ou a inerrância fazem parte dos autógrafos, das cópias que deles se fizeram ou de ambos?), o pensamento corrente, testado pelo tempo e pelo bom senso, é o de que a inerrância limita-se ao texto original autógrafo das Escrituras.

Contudo, essa doutrina evangélica básica da Escritura tem sido duramente atacada e ridicularizada por muitos em anos recentes, e por isso devemos defendê-la. H. P. Smith diz em suas críticas que a doutrina da inerrância original não passa de mera especulação cujo objeto é um texto que já não mais existe e que não pode, de forma alguma, ser recuperado.²⁰ David Hubbard reitera que a perspectiva evangélica tradicional advoga a inerrância, não de quaisquer textos, e sim dos textos autógrafos, aos quais nenhuma geração da igreja jamais teve acesso.²¹ Por conseguinte, advogar uma inerrância limitada aos autógrafos é uma tolice que de nada nos serve, objetou C. A. Briggs há cerca de um século: “Jamais teremos acesso aos escritos sagrados que tanto alegraram a vista daqueles que os viram pela primeira vez, cujos corações se regozijaram ao ouvi-los pela primeira vez. Se as palavras externas do original foram inspiradas, isso de nada nos aproveita, uma vez que fomos separados delas para sempre”.²² À luz da crítica textual, Brunner considerava inútil, idólatra e indefensável a distinção entre autógrafos inspirados ou infalíveis e cópias não inspiradas e falíveis das Escrituras.²³ Para ele, a distinção é irrelevante e não tem nenhum valor prático, uma vez que a ocorrência de uma qualidade digna de louvor (seja ela a inspiração, a infalibilidade ou a inerrância) não se aplica a nenhum texto existente. É absurdo porque é impossível definir o caráter de um texto que já não mais existe. Os originais perderam a importância porque não podemos recuperá-los

¹⁹ *Inerrancy of the original autographs*, p. 585.

²⁰ *Inspiration and inerrancy*, p. 144.

²¹ The current tensions: is there a way out? em *Biblical authority*, org. Rogers, p. 156

²² Critical theories of the Sacred Scriptures in relation to their inspiration, *The Presbyterian Review*, vol. 2, 1881, p. 573-4

²³ *Revelation and reason: the Christian doctrine of faith and knowledge*, trad. Ouve Wyon, Philadelphia: Westminster, 1946, p. 274

completamente, e é óbvio que Deus não acha necessário que os tenhamos à nossa disposição. Mesmo assim, somos abençoados espiritualmente por meio dessas cópias falíveis, e o mesmo se daria se tivéssemos em mãos originais falíveis. O argumento, portanto, pretende mostrar que a limitação da inerrância aos autógrafos não passa de fuga intelectual desonesta de uma situação embaraçosa, ou mero “pretexto” apologético. É o tipo de raciocínio que vem quase sempre acompanhado²⁴ de uma alta dose de sarcasmo.

Trata-se de um argumento [a saber, as investidas contra as Escrituras] baseado em dois pressupostos: o de que Deus jamais nos deu uma Bíblia sem erros e, se deu, essa Bíblia não está disponível para ninguém. Há um clima pesado de referências mordazes às cópias autógrafas que homem algum jamais viu, que se perderam completamente e que nunca serão recuperadas. Os defensores da confiabilidade das Escrituras são sempre indagados, sarcasticamente, qual seria a utilidade de defender tão ardorosamente a inspiração plena de autógrafos extintos para sempre.²⁵

Isso explica a “Bíblia perdida de Princeton”, enorme sátira que se fez a esses supostos autógrafos originais. Lester DeKoster elevou ao máximo o grau de sarcasmo despejado sobre os que limitam a inerrância aos autógrafos: ninguém pode recorrer a autógrafos desaparecidos; a Bíblia que temos sobre a mesa não é a Palavra inerrante e infalível de Deus. Portanto, hoje a igreja não dispõe de nenhuma Bíblia inerrante pela qual possa viver. Assim, a pregação torna-se impossível porque estaria fundamentada na palavra não inspirada do homem.²⁶ A doutrina da inerrância bíblica, que parecia estar tão de acordo com o testemunho da Escritura, hoje se vê ameaçada por uma qualificação ou restrição que subverte sua significação e sua importância. Que resposta daremos a isso?

Nas seções que se seguem, trataremos da *atitude bíblica* em relação aos autógrafos e às cópias, o que deveria ser o ponto de partida de todo comprometimento genuinamente cristão. Em seguida, *explicaremos* por que a igreja evangélica limita a inerrância aos autógrafos, procurando mostrar que nossa avaliação das cópias e das traduções não é uma questão decisiva. O *raciocínio* por trás da restrição evangélica é passado então em revista seguido de várias indicações da *importância* dessa doutrina em relação à Escritura. Discutiremos diferentes aspectos que nos asseguram, hoje, de que temos a Palavra de Deus em nossas Bíblias. Por fim, concluiremos com a análise de algumas *críticas* explícitas à restrição evangélica da inerrância (ou infalibilidade, inspiração) aos autógrafos das Escrituras. Concluiremos que a doutrina da inerrância original é a um só tempo certa e defensável, e que se trata também de uma doutrina recomendada a todos os crentes para quem a autoridade da Bíblia como Palavra indisputável de Deus é de fundamental importância.

²⁴ Cf. Young, *Thy Word is truth*, p. 8 5-6; Pinnock, *Biblical revelation*, p. 81.

²⁵ WARFIELD, *The Westminster confession and the original autographs*, p. 588.

²⁶ Editoriais em *The Banner*, 19 e 26/8 e 2/9/1977.

A ATITUDE BÍBLICA

A Escritura traz poucas indicações de que se preocupa com a questão das cópias e da tradução da Palavra de Deus; também não mostra muito interesse em reconhecer sua existência como algo distinto dos autógrafos. Podemos tirar várias inferências muito úteis de várias passagens com algo a nos dizer sobre a atitude da Escritura em relação a cópias então existentes e às posteriores traduções delas. O que aprendemos basicamente é que esses manuscritos não autógrafos eram considerados próprios para a realização dos propósitos que Deus tinha em vista originalmente para as Escrituras. O que o rei Salomão possuía era, provavelmente, uma cópia da lei mosaica original (v. Dt 17.18) que, apesar disso, era considerada verdadeira e genuinamente, “o [que] o SENHOR, o seu Deus, exige [...] conforme se acham escritos [i.e., os mandamentos, ordenanças e testemunhos] na Lei de Moisés” (1 Rs 2.3).²⁷ O livro de Provérbios faz uma pausa e chama explicitamente a atenção para o fato de que “estes são outros provérbios de Salomão, compilados pelos servos de Ezequias, rei de Judá” (Pv 25.1). As cópias são consideradas canônicas e revestidas de autoridade divina. A Lei de Deus que Esdras tinha em mãos era obviamente uma cópia da original, mas nem por isso deixou de funcionar como elemento de autoridade em seu ministério (Es 7.14). Quando Esdras lia a Lei para o povo, para que assim pudessem tomar conhecimento da orientação divina para suas vida, tudo indica que usava uma tradução que lhes permitia compreender o sentido das palavras no aramaico a que haviam se habituado no exílio: “Liam o livro da Lei de Deus, traduzindo-o e dando explicações, para que o povo entendesse a leitura” (Ne 8.8; *Edição Pastoral*).²⁸ Em todos esses exemplos, o texto secundário faz o trabalho da Palavra escrita de Deus ao mesmo tempo que compartilha de sua autoridade original em um sentido prático.

O NT também parece interessar-se por cópias secundárias da Palavra escrita de Deus. Paulo, principalmente, preocupava-se sobremaneira que lhe trouxessem “[meus] livros, especialmente os pergaminhos” (2Tm 4.13). A prática de coleta de epístolas do NT para as várias igrejas (v. Cl 4.16) encorajou, naturalmente, a cópia dos manuscritos originais. Não faltam motivos para se acreditar que, em vista dos exemplos de Jesus e dos apóstolos, tais epístolas fossem consideradas úteis para a correção e para a instrução na justiça (v. 2Tm 3.1 6b). Quando os autores do NT apelam para a autoridade do AT, utilizam os textos e versões que tinham à mão, assim como nós hoje.²⁹ Jesus pregava com base nos pergaminhos existentes e os considerava “Escrituras” (Lc 4.16-21). Os apóstolos usavam as Escrituras que

²⁷ Recorri a alguns exemplos de J. Barton Payne, *The plank bridge: inerrancy and the biblical autographs*, United Evangelical Action 24 (Dcc. 1965), p. 16-8.

²⁸ G. C. BERKOUWER, *Holy Scripture*, trad. Jack Rogers, org., Grand Rapids: Eerdmans, 1975, p. 217.

²⁹ F. F. BRUCE, prefácio a *Scripture, tradition and infallibility*, de Beegle, p. 8

tinham à disposição para argumentar (At 17.2) e referendar suas conclusões (At 18.28). Os ouvintes conferiam a proclamação apostólica compulsando as Escrituras do AT que possuíam (At 17.11). Uma vez que seus adversários compartilhavam da crença na autoridade funcional dos manuscritos disponíveis das Escrituras, Jesus e seus apóstolos os confrontaram de igual para igual recorrendo aos manuscritos existentes, sem se preocuparem com os autógrafos.³⁰ Isso é percebido pelo imperativo presente aplicado à ordem de examinar as Escrituras, porque testificam de Cristo (Jo 5.39), bem como pelas perguntas retóricas empregadas em textos didáticos: “Vocês não leram ...?” e “O que diz a Lei? Como vocês a interpretam?” (e.g., Mt 12.3,5; 21.16,42; Lc 10.26). É bem provável que as “sagradas letras” que Timóteo conheceu na infância não apenas eram cópias da Escritura, se não a própria tradução da *Septuaginta*.³¹ E mesmo assim elas podiam “torná-lo sábio para a salvação”.

Esses exemplos mostram que a *mensagem* transmitida pelas palavras dos autógrafos, e não a página física onde encontramos a impressão, constitui o verdadeiro objeto da inspiração. Portanto, dado que a mensagem foi fixada de forma confiável nas cópias ou traduções disponíveis para os autores sagrados, podiam usá-las de maneira prática confiados na autoridade dos documentos que tinham à mão. Contrariamente às inferências radicais e sem fundamento de Beegle,³² a exortação e os desafios baseados nas cópias da Escritura são parte integrante da *mensagem* transmitida e nada nos dizem em si mesmos sobre textos remanescentes. Tampouco procuram mostrar que os autores bíblicos não faziam distinção entre o texto original e as cópias. Se assim fosse, a autoridade única e inalterável da mensagem bíblica não seria preservada tão tenazmente por esses mesmos autores.

Uma vez que Cristo não colocou em dúvida a Escritura disponível a seus contemporâneos, podemos supor seguramente que o texto do AT em uso no século I refletia de modo integral a representação da palavra divina dada originalmente. Jesus considerava as cópias existentes em seus dias tão próximas dos textos originais em sua mensagem que recorria a elas como fonte de autoridade.³³ O respeito que Jesus e seus apóstolos devotavam ao texto do AT então disponível era, no mínimo, expressão de sua confiança na providência divina, graças à qual o conteúdo das cópias e traduções permaneceu substancialmente idêntico aos originais inspirados. Portanto, é enganoso dizer que não limitavam a inerrância aos autógrafos, e que seu ensinamento sobre a inspiração tinha em vista as cópias imperfeitas de que dispunham.³⁴

³⁰ BEEGLE, *Scripture, tradition and infallibility*, p. 156.

³¹ Cf. Berkeley Mickelsen, *The Bible's own approach to authority* em *Biblical authority*, org. Rogers, p. 83, 95

³² *Scripture, tradition, and infallibility*, cap. 7.

³³ John WENHAM, *Christ and the Bible*, Downers Grove, IL.: InterVarsity 1972, p. 164; Carl F. H. HENRY, *God, revelation and authority*, vol. 2, p. 14

³⁴ Conforme sugestão de Pinnock em *Three views of the Bible in contemporary theology*, p. 63

O fato é que, embora as cópias e traduções atuais tivessem autoridade prática e fossem suficientes para os propósitos da revelação divina, a Bíblia demonstra uma preocupação constante em vincular as cópias existentes ao texto autógrafa. Não há, como se poderia esperar, nenhum ensinamento explícito relativo aos autógrafos e cópias deles; contudo, o que se deseja destacar fica muito claro pelos ensinamentos e declarações da Bíblia. Temos, portanto, uma resposta à indagação de Pinnock — a limitação da inerrância aos autógrafos é realmente escriturística? —; e também uma réplica à alegação de Chapman de que não é bíblico limitar a inspiração aos autógrafos.³⁵ De acordo com Beegle, não há nenhum ensinamento explícito no NT que faça distinção entre os autógrafos e as cópias; os escritos originais não são separados e postos em posição especial, uma vez que os autores bíblicos consideravam inspirados os manuscritos falíveis de que dispunham.³⁶ Ao examinarmos as passagens bíblicas relativas a essa questão, procuraremos demonstrar a fragilidade de tais argumentações.

Ao iniciarmos nossa análise do AT, constatamos imediatamente que:

A maior parte das referências à inspiração encontradas no AT refere-se aos autógrafos semíticos. A maioria diz respeito às composições dos autores bíblicos, as quais são identificadas não como produtos de ditado divino, e sim como equivalentes às palavras de Deus. Davi, por exemplo, diz: “O Espírito do SENHOR falou por meu intermédio” (2Sm 23.2); Isaías: “Procurem no livro do SENHOR e leiam” (Is 34.16); Jeremias: “Cumprirei naquela terra [...] tudo o que está escrito neste livro” (Je 25.13; v. 30.2; 36.2), ou mesmo Salomão, em Eclesiastes 12.11.

Outras referências dizem respeito a passagens muito recentes. Isso significa que os manuscritos originais talvez estivessem disponíveis — como quando Josué refere-se ao “livro da Lei de Deus” (Js 24.26) — ou fossem facilmente acessíveis — por exemplo, quando Joel cita a profecia contemporânea (?) de Obadias 17: “...conforme prometeu o SENHOR” (Jl 2.32).³⁷

A Escritura pressupõe que não há outra escolha senão seguir o texto original da palavra de Deus escrita. As cópias atuais têm autoridade porque estima-se que reflitam os textos autógrafos corretamente. Essa perspectiva de fundamental importância vem à tona de tempos em tempos. Foi pedido a Israel, por exemplo, que fizesse o que Deus “dera aos seus antepassados por meio de Moisés” (Jz 3.4). Essa referência aponta implicitamente para a mensagem original, procedente do próprio autor. Foi dito explicitamente a Isaías que escrevesse, e seu livro permaneceria como testemunho para sempre (Is 8.1; 30.8); o texto autógrafa era a norma permanente para o futuro. Daniel compreendeu “pelas Escrituras” (possivelmente cópias) que as palavras dadas por Deus eram “palavras do SENHOR dadas ao profeta Jeremias” (Dn 9.2).

³⁵ Ibid., p. 63; Sidney Chapman, Bahnsen on inspiration, *Evangelical Quarterly*, vol. XLVII, n.º 3 (July-Sep., 1975), p. 167

³⁶ *Scripture, tradition, and infallibility*, p. 154-5, 164-6.

³⁷ PAYNE, *Plank bridge*, p. 17.

O verbo empregado no aspecto perfeito indica ação completa no tocante à comunicação da palavra de Deus especificamente a Jeremias.

De igual modo, o NT pressupõe que os ensinamentos contidos nas cópias da Escritura então disponíveis eram corretos, porque remontavam ao texto autógrafo. Mateus 1.22 cita Isaías 7.14 como “o que o Senhor tinha dito pelo profeta” (v. 2.15). Jesus ensinou que deveríamos viver “de toda palavra que procede da boca de Deus” (Mt 4.4), atrelando assim a autoridade das Escrituras à comunicação original transmitida por inspiração divina. O que as pessoas liam como “Escritura” nos livros de Moisés era “o que Deus lhes [dizia]”, nas palavras de Cristo (Mt 22.29-32; Mc 12.24-26). Davi, inspirado, falou ao povo na cópia do livro dos Salmos que possuíam (Mt 22.43; Mc 12.36; Lc 20.42), assim como a leitura de Daniel deixa claro ao leitor que é o profeta que lhe fala naquela cópia das Escrituras (Mt 24.15; Mc 13.14). Em todos os casos, o texto autógrafo se faz presente por meio da cópia consultada. Quando Cristo indagava: “Vocês não leram ...[nas cópias existentes na época, evidentemente]?” (Mt 19.4; cf. v. 7), ele se referia, na verdade, ao que Moisés ordenara aos judeus (Mc 10.3). As palavras de Moisés que Jesus reproduzia com base em Gênesis 2.24 eram, para ele, equivalentes ao que “Deus [dissera]” como autor original da Escritura (Mt 19.4,5). Os que possuem os manuscritos existentes “têm Moisés e os profetas”, e cabe a eles, portanto, ouvi-los (Lc 16.29).

A distância real entre os autógrafos e as cópias feitas com base neles não nos interessa neste momento, já que partimos do pressuposto de que o texto original encontra-se reproduzido nas cópias. Afinal de contas, são as coisas escritas pelos profetas que nos constroem (Lc 18.31). Ao expor as Escrituras então existentes, Cristo na verdade expunha o que fora dito pelos profetas, e assim podia condenar os que demoravam a crer naquilo que os profetas haviam dito (Lc 24.25-27). Nas cópias das Escrituras então disponíveis, os seguidores de Jesus encontravam o que nele se realizava, a saber, todas as coisas “que foram escritas” em todo o AT (Lc 24.44-46; tradução do autor). Os “escritos” então disponíveis, e que tornavam culpados seus ouvintes, eram considerados idênticos aos que Moisés escrevera (Jo 5.45-47); e a Lei apontada como fundamental nas controvérsias de então era de procedência reconhecidamente mosaica (Jo 7.19; cf. v. 23).

O texto de João 10.34-36 é particularmente instrutivo. Jesus disse: “Não está escrito na lei de vocês...?”, referindo-se com isso às cópias dos manuscritos do AT que possuíam. Depois, cita Salmos 82.6, depositando a força de seu argumento em uma palavra do texto. A premissa de seu argumento é de que Deus “chamou-os de *deuses*, a quem a palavra de Deus foi dada”. Isto é, Deus chamou os juízes contemporâneos de Asafe — autor do salmo — de “deuses”, e foi a eles que a palavra de Deus foi transmitida. É o texto original de Asafe, portanto, que é posto em pé de igualdade com a palavra de Deus. Jesus acatou a fé dos judeus na autoridade das leis que

possuíam (cópias), porque julgou que refletissem corretamente o texto original, e foi sobre esse fundamento que trabalhou. A “Escritura” a que apelou nessa controvérsia está intimamente relacionada com o que fora efetivamente dito àqueles a quem “a palavra de Deus fora dada”. A palavra de Deus escriturizada, transmitida originariamente aos israelitas, hoje se acha escrita em seus livros da lei. Aqui deparamos com uma indicação bastante explícita de que a autoridade das cópias atuais remonta aos autógrafos à sua retaguarda.

A importância dos autógrafos para as Escrituras do NT já era perceptível na promessa de Jesus de que o Espírito Santo tomaria suas palavras originais e as tornaria presentes na lembrança dos apóstolos, para que pudessem reproduzi-la (Jo 14.25,26). Quando os apóstolos citavam o AT em sua pregação e em seus escritos, faziam-no na suposição de que assim reproduziam a Escritura conforme fora transmitida inicialmente. Por conseguinte, Pedro referiu-se a “essa Escritura” (i.e., Sl 69.25) como aquela que “o Espírito Santo predisse por boca de Davi” (At 1.16; v. 4.25). O manuscrito mais antigo, dado anteriormente por meio do Espírito Santo, é a primeira referência de sua pregação baseada em cópias dos salmos. De igual modo, Paulo cita Isaías 6.9,10 dizendo: “Bem que o Espírito Santo falou aos seus antepassados...” (At 28.25; Rm 3.2). O apóstolo prossegue mediante o pressuposto de que a citação feita era fiel à transmissão original do texto ocorrida muitos anos antes. A citação de Jeremias 31 em Hebreus 10 é tida como reprodução do que o Espírito Santo falara originalmente por meio do profeta (Hb 10.15). Na verdade, a consolação proporcionada pelas cópias então existentes das Escrituras devia-se a “tudo o que foi escrito no passado”, ou seja, ao texto original escrito há muitos anos (Rm 15.4). De modo semelhante, o texto que Paulo diz inspirado é de sua própria autoria: “... o que lhes estou escrevendo é mandamento do Senhor” (1Co 14.37; v. 2.13).

Por diversas vezes somos confrontados com o fato óbvio de que os autores bíblicos usaram as cópias de que dispunham em seu tempo, partindo sempre do pressuposto de que a autoridade daquelas reproduções era um desdobramento do texto original que refletiam fielmente. É particularmente importante observar esse fato no tocante a dois versículos que ensinam a inspiração da Escritura. Em 2Timóteo 3.16, Paulo enfatiza que todas as Escrituras são inspiradas por Deus, ressaltando obviamente sua *origem* e, portanto, sua forma autógrafa. As sagradas letras que Timóteo conhecia (possivelmente a Septuaginta) podiam torná-lo sábio para a salvação porque baseavam-se nas Escrituras originais, de procedência divina — escritos esses que eram consequência direta da inspiração e que Paulo aqui associa à forma original da Escritura proveniente de Deus. De igual modo, em 2Pedro 1.19-21, aprendemos que “temos [...] a palavra dos profetas” (provavelmente cópias), a qual devemos acatar e tratar como fonte de autoridade. E por quê? Porque homens falaram da parte de Deus, “movidos” pelo Espírito Santo. A

suficiência e a função dos manuscritos bíblicos existentes não se acham divorciados dos manuscritos originais (que justificam a existência daqueles), os quais eram produtos divinos.

É vasta, portanto, a lista de exemplos que apontam para o fato de que a suficiência das cópias existentes da Bíblia explica-se em função dos textos autógrafos que lhes dariam respaldo.

A importância e a autoridade criteriológica dos textos autógrafos da Escritura manifestam-se em quatro situações específicas do AT. Cada uma delas mostra que a inspiração, a infalibilidade e a inerrância da Bíblia devem ser buscadas nos textos autógrafos, que são norma para o povo de Deus e para a identificação de tudo o que reclama para si o título de “Palavra de Deus”.

O primeiro caso conhecido de necessidade de restauração textual ocorre em Êxodo 32 e 34. As primeiras Tábuas da Lei foram escritas pelo próprio Deus (Êx 32.15,16), porém, foram subsequentemente destruídas por Moisés em um momento de cólera (v.19). Deus providenciou novas tábuas (Êx 34.1,27,28), e a Bíblia faz questão de ressaltar de que nas tábuas novas Deus escreveu “o que tinha escrito anteriormente” (Dt 10.2,4). Aqui temos um modelo exemplar para as futuras cópias dos autógrafos bíblicos: todas deveriam reproduzir as palavras que constavam da primeira tábua ou página para que fosse preservada integralmente a autoridade divina da mensagem nelas contida.

Assim, também em Jeremias 36.1-32, lemos que o profeta ditou a palavra de Deus a Baruque, que a registrou em um pergaminho. Quando esse pergaminho, com sua mensagem pouco auspiciosa, foi lido perante o rei Jeoaquim, ele o fez em pedaços e o queimou. A Palavra de Deus veio então a Jeremias e o instruiu a fazer uma nova cópia da Escritura. Vemos aí claramente que a norma para a confecção da nova cópia era a obediência ao texto original: “Pegue outro rolo e escreva nele todas as palavras que estavam no primeiro” (v. 28). O bom senso nos diz que a cópia, para que fosse confiável, deveria reproduzir o texto original com precisão.

A natureza paradigmática ou criteriológica do texto autógrafo das Escrituras também é ensinada em Deuteronômio 17.18. Embora o autógrafo mosaico tivesse sido posto, pelos levitas, próximo da Arca da Aliança (Dt 31.24-26), o rei deveria também escrever para si uma “cópia do livro [da lei] que está aos cuidados dos sacerdotes levitas”. Essa cópia serviria de guia revestido de autoridade somente se refletisse fielmente o texto original. Se não houvesse preocupação alguma com uma cópia que transmitisse fielmente o texto autógrafo, o rei não teria como evitar de se desviar para a direita ou para a esquerda no que se refere ao mandamento divino (Dt 17.19,20). Portanto, as cópias das Escrituras não poderiam se afastar o mínimo que fosse do texto original.

A quarta situação que se verifica no AT e que manifesta a estima e a deferência conferida pelos judeus ao texto autógrafo aparece em 2Reis 22 e em 2Crônicas 34, em que se relata a restauração da cópia do Livro da Lei pertencente ao templo durante o reinado de Josias. A existência do Livro da Lei era conhecida de antemão; ele fora posto ao lado da Arca da Aliança e era usado de tempos em tempos em leituras públicas (Dt 3 1.12,24-26; 2Cr 35.3). Contudo, embora houvesse provavelmente cópias particulares da Lei nas mãos de alguns sacerdotes e profetas,³⁸ a cópia autógrafa oficial havia desaparecido. O cronista registra que Josias havia começado a seguir a Lei sem muito discernimento, provavelmente com base no conhecimento tradicional (34.3-7). Depois disso, o templo começou a ser reconstruído, e foi nessa época que Hilquias, o sumo sacerdote, achou o Livro da Lei. O desejo de Josias de restaurar o templo já demonstrava sua disposição em promover o culto ao Senhor. Portanto, a descoberta de Hilquias foi motivo de grande comoção. Com o tempo, Josias passou a demonstrar enorme preocupação com as palavras desse “livro que foi encontrado” (2Rs 22.13). Ao que parece, ele trouxe à sua atenção um material (provavelmente imprecisões da Aliança: 2Rs 22.11,13,16,18,19; v. Dt 28; Lv 26) que não constava de outras cópias ou tradições da Lei disponíveis.

O que é importante observar aqui é o fato de que esse Livro da Lei recuperado, que corrigia e completava a perspectiva teológica de Josias, era, creio eu, o autógrafo original preservado de Moisés.³⁹ O que foi encontrado não era simplesmente “um livro” (uma cópia de algum volume bem conhecido), e sim “o livro da Lei” — um manuscrito um tanto diferente de outros (2Rs 22.8). Era, sobretudo, o livro da Lei “dado por meio [pela mão] de Moisés” (2Cr 34.14). Embora não haja prova conclusiva disso e ainda que o livro recuperado não seja necessariamente o autógrafo de Moisés, o peso das evidências favorece essa interpretação; as provas em contrário são desprezíveis.

Esse incidente do AT amplia o valor, a função corretiva e a autoridade normativa do texto autógrafo da Escritura em relação a todas as demais cópias ou à compreensão tradicional daquilo que Deus havia dito. A suficiência de uma cópia é proporcional à precisão com que reproduz o original. Quaisquer desvios em relação aos autógrafos constituem ameaça ao proveito que se pode tirar da cópia como fonte de instrução doutrinária e de bússola para uma vida de retidão.

Os autores bíblicos, portanto, sabiam perfeitamente como distinguir entre os autógrafos e as cópias, e eram capazes de perceber o significado dessa

³⁸ C. F. KEIL, *Biblical commentary on the Old Testament: the book of the Kings*, trad. James Martin (Grand Rapids: Eerdmans, 1970), p. 478.

³⁹ Essa é a visão de muitos expositores; v. *Large's commentary*, vol. 6; Karl Chr. W. F. Bähr, Edwin Harwood e W. G. Sumrser, *The books of the Kings* (New York: Scribner, Artstrong and Co., 1872), livro 2, p. 258; Payne, *Plank bridge*, p. 17.

distinção. O autógrafo da Escritura encontrado na época de Josias foi um acontecimento espetacular, porque não se tratava do simples acréscimo de mais uma cópia, entre outros manuscritos, a um repositório indiferenciado de Bíblias!

Existem, contudo, outras maneiras pelas quais a Escritura ensina ou ilustra o padrão regulador dos autógrafos em relação às cópias de modo explícito ou assumido. Em primeiro lugar, a Bíblia nos adverte a todo momento quanto a alterações no texto da Palavra de Deus. De acordo com o mandamento divino, nada deve ser acrescentado a ela nem retirado (Dt 4.2; 12.32). Provérbios aconselha: “Nada acrescente às palavras dele, do contrário, ele o repreenderá e mostrará que você é mentiroso” (Pv 30.6). A honestidade requer que nos apeguemos à mensagem transmitida originalmente por Deus, sem nenhum tipo de complementação. Caso contrário, a norma permanente de julgamento dificilmente poderia ser expressa pelas palavras: “À lei e aos mandamentos! Se eles não falarem conforme esta palavra, vocês jamais verão a luz!” (Is 8.20).

As Escrituras do NT demonstram o mesmo ciúme em relação à pureza imaculada do texto original, como se pode ver pela bem conhecida advertência do livro de Apocalipse (22.18,19). O padrão normativo da mensagem autógrafa consiste no pressuposto subjacente ao conflito com a tradição seguido por Cristo e pelos apóstolos (e.g., Mt 15.6; Cl 2.8). Conforme se vê em Mateus 5.12ss., a tradição era portadora, em certa medida, do texto veterotestamentário, porém não deveria em hipótese alguma *obscurer* a autêntica Palavra de Deus (Mc 7.1-13). Por conseguinte, Cristo condena o ensinamento dos fariseus no momento em que ele modifica o texto das Escrituras do AT— e.g., no que diz respeito ao ódio (Mt 5.43) e ao divórcio (Mt 19.7). Em conformidade com as admoestações do AT, Paulo instrui os cristãos a não torcerem a Palavra de Deus (2Co 4.2). O NT faz questão de deixar muito claro que todo ensinamento contrário à mensagem apostólica deve ser rejeitado (e.g., Rm 16.17; Gl 1.8; 1Jo 4.1-6). Deparamos inclusive, como era de esperar, com uma advertência enérgica para que não nos afastemos do texto apostólico (2Ts 3.14, em que a norma é “o que dizemos nesta carta”). Os crentes devem estar alertas em relação a textos que se passam por Escritura, mas não o são. Não devemos nos alarmar, diz Paulo, “por carta supostamente vinda de nós” (2Ts 2.2). Em geral, Paulo empregava uma amanuense para escrever suas cartas (e.g., Rm 16.22) — um expediente que dava margem à muita falsificação. Todavia, o apóstolo tinha o costume de apor sua assinatura às cartas, autenticando-as, como ele mesmo observa em 2Ts 3.17: “Eu, Paulo, escrevo esta saudação de próprio punho, a qual é um sinal em todas as minhas cartas. É dessa forma que escrevo” (v. 1Co 16.21; Gl 6.11; Cl 4.18).⁴⁰ Vale ressaltar que o apóstolo faz essa afirmativa na mesma

⁴⁰ Cf. Richard N. Longenecker, Ancient amanuenses and the pauline epistles, em *New dimensions in New Testament Study*, org. R. N. Longenecker e M.C. Tenney (Grand Rapids: Zondervan, 1976), p. 288-92.

epístola em que adverte quanto a cartas apostólicas espúrias. Aqui Paulo chama a atenção para o texto bastante literal dos “autógrafos” como instrumento de autenticação da mensagem a ser crida e obedecida pelos cristãos!

A autoridade textual criteriológica, portanto, está presente de modo uniforme na Escritura sob a forma dos textos originais, autógrafos, dos livros bíblicos. Todas as cópias devem ser avaliadas e consideradas à luz dos autógrafos, os quais devem aparecer refletidos nas cópias. Sua autoridade procede do texto original, cuja autoridade, por sua vez, procede de Deus.

Podemos, portanto, resumir a atitude que a Bíblia demonstra em relação aos autógrafos e às cópias dessa maneira. A autoridade e a utilidade das cópias e traduções das Escrituras são evidentes na Bíblia toda. Elas podem levar o homem ao conhecimento da verdade salvadora, bem como orientar sua vida. Contudo, é igualmente óbvio que o uso da autoridade da Escritura procedente das cópias traz em si o entendimento implícito, e muitas vezes o requisito explícito, de que tais cópias têm autoridade porque — e tendo em vista que — reproduzem o texto autógrafo original.

Os autores bíblicos entendiam que havia uma distinção entre o original e a cópia e manifestavam seu comprometimento com a autoridade criteriológica do original. Essas duas características — a suficiência das cópias existentes e a autoridade crucial e primordial dos autógrafos — aparecem em uma combinação muito feliz na fórmula padrão utilizada pelo NT quando cita a Escritura para encerrar uma discussão: “Está escrito”. Essa forma (no tempo perfeito) aparece pelo menos 73 vezes só nos evangelhos. Significa que algo foi estabelecido, realizado ou concluído e que continua a sê-lo ou tem efeito permanente. A expressão “está escrito” exprime a verdade segundo a qual o que foi escrito na Escritura original continua escrito nas cópias hoje disponíveis e vice-versa: o recurso que o autor faz às cópias da Escritura como padrão normativo se explica pelo fato de que elas são consideradas testemunho permanente do texto autógrafo. Os argumentos do NT baseados em uma frase (como, por exemplo, em At 15.13-17), uma palavra (Jo 10.35), ou até mesmo na diferenciação entre o singular e o plural de uma palavra do AT (Gl 3.16) ficariam totalmente destituídos de sua força genuína nos dois casos seguintes: 1) A frase, palavra ou forma apontada não consta das cópias atuais do AT, o que invalidaria o argumento perante o adversário em questão, já que é espúrio (ou seja, não há como provar que o inimigo está errado). 2) A frase, palavra ou forma deve ter sido parte integrante do texto original da passagem citada, caso contrário o argumento perde o lastro de autoridade que lhe daria a Palavra de Deus (ou seja, a autoridade desse elemento do texto não seria superior à da palavra de um ser humano qualquer, na melhor das hipóteses, além do que — na pior das hipóteses — constituiria um erro embaraçoso do copista). Quando um autor do NT deixa de apelar ao texto original por meio das cópias à sua disposição, sua argumentação torna-se vã.

Vemos, portanto, que a Bíblia quer deixar claro duas coisas. Em primeiro lugar, o texto bíblico de que dispomos satisfaz uma necessidade permanente do povo de Deus: confiar substancialmente nas cópias existentes. Não há por que não acreditarmos nas cópias da Escritura de que dispomos e ser salvos sem ter de compulsar os textos autógrafos, uma vez que a própria Bíblia afirma que as cópias refletem o texto original e, portanto, são também portadoras de sua autoridade. Em segundo lugar, as características e qualidades indisputáveis das Escrituras — tais como inspiração, infalibilidade e inerrância — são todas identificadas com a palavra original de Deus e são também encontradas no texto autógrafo — e só os autógrafos podem ser considerados como palavra de Deus ao homem.⁴¹

Podemos acrescentar agora uma breve conclusão a esta seção sobre o uso da *Septuaginta* pelo NT e sobre o problema das citações de textos do AT pelo NT que parecem se afastar do original. Nenhuma dessas duas práticas invalidam nossas conclusões anteriores. A *Septuaginta* foi usada para facilitar a comunicação da mensagem do NT. Era uma versão popular naqueles dias. Esse fato, porém, não lhe confere inspiração (conforme acreditavam Filon e Agostinho). Até mesmo Beagle admite que se os autores do NT considerassem inspirada a Septuaginta, isso se dava somente de modo “secundário e derivativo”.⁴² Conforme defendia Jerônimo em sua disputa com Agostinho no tocante a essa questão, somente o texto hebraico era estritamente inspirado. Os autores do NT, supomos, usavam a *Septuaginta* somente na medida em que essa tradução não se desviava fundamentalmente do texto hebraico. Assim como alguém pode escrever usando seu próprio vocabulário sem introduzir elementos falsos à sua escrita, podendo inclusive questionar fontes duvidosas sem incorporar partes errôneas delas,⁴³ assim também os autores do NT podiam usar o vocabulário e o texto da *Septuaginta* sem compactuar com erros. Graças à intervenção do Espírito Santo em seu trabalho (v. 2Pe 1.21), os autores sagrados ficavam protegidos de tais erros, porque o Espírito é o “Espírito da verdade” (Jo 16.13). A diversidade de textos era reconhecida pelos autores do NT, mas não constituía fonte de perplexidade, já que eram dirigidos pelo Espírito. Podiam escolher a redação que melhor comportasse o significado divino,⁴⁴ citando com freqüência a *Septuaginta* como Palavra de Deus sem deixar de corrigir muitas vezes o texto dos LXX!

Uma dificuldade maior deve-se ao fato de que a Septuaginta é por vezes citada de um modo que, a princípio, parece contrariar o texto hebraico de uma maneira que dificilmente seria permitida.⁴⁵ Trata-se de um problema levantado

⁴¹ Cf. Payne, *Plank bridge*, p. 18.

⁴² Scripture, tradition, and infallibility, p. 170-1, v. p. 173.

⁴³ Cf. Payne, *Plank bridge*, p. 17.

⁴⁴ Cf. Pinnock, *Biblical revelation*, p. 83.

⁴⁵ Cf. Berkouwer, *Holy Scripture*, p. 223,225.

por muitos críticos, a saber: o modo como o NT cita por vezes o AT parece demonstrar pouca preocupação pelo emprego preciso do original.⁴⁶ Fitzmyer observa: “Para a crítica acadêmica moderna, o modo como eles lêem [i.e., os autores do NT] o AT parece quase sempre muito arbitrário, já que não dão a devida atenção ao sentido e ao conteúdo do original”.⁴⁷

Aqui não é o lugar para discutirmos em detalhes passagens bem conhecidas e difíceis, referentes à questão levantada mais acima. Algumas dessas passagens requerem um estudo mais aprofundado em face da atitude mais abrangente prescrita pela Escritura em relação à inerrância e ao texto original. Como sempre, os fenômenos bíblicos devem ser avaliados sob o aspecto do testemunho básico e contextual que a Escritura dá de si mesma — isto é, à luz dos pressupostos inerentes a ela. Basta dizer aqui que não é necessário impor um padrão de precisão artificial e estranho à cultura e aos hábitos literários da época em que a Bíblia foi escrita em nome da inerrância ou da fidelidade aos autógrafos. Os métodos de citação não eram tão precisos naqueles dias como são hoje, e não há razão alguma para que as citações feitas pelo NT fossem verbalmente exatas. A questão é saber se o significado do texto autógrafo está ou não por trás dos textos e das traduções usadas pelos autores do NT. Esse, aliás, deve ser o pressuposto do testemunho bíblico, conforme defendi mais acima. Ao se limitarem a um ponto ou a um *insight* específico (por vezes restrito, outras vezes mais amplo), as citações do AT feitas pelo NT precisam somente recorrer a uma precisão que melhor se adapte ao propósito do autor. Os pregadores de hoje não são infiéis à Escritura quando misturam uma alusão passageira a uma citação específica da Bíblia, quando dão novo formato a frases bíblicas ou quando fazem uma paráfrase de assuntos vinculados a um determinado contexto para a obtenção da declaração, frase ou palavra desejada. Seu ponto de vista escriturístico pode ser comunicado de tal forma que seja fiel ao sentido sem que para isso tenha de reproduzir com clareza cristalina o texto citado.

Portanto, o emprego que o NT faz da *Septuaginta* ou as versões inexatas de textos do AT não desvirtuam o comprometimento dos autores envolvidos com a autoridade criteriológica dos autógrafos. Tal prática, aliás, enfatiza a aceitação tranqüila de textos ou versões não necessariamente originais para propósitos práticos imediatos de ensino. Eles eram adequados precisamente porque eram considerados portadores do *sentido* genuíno do original.

⁴⁶ Cf. L. I. Evans, *Biblical scholarship and inspiration*; em Smith, *Inspiration and inerrancy*, p. 47, 66-7; Mickelsen, *The Bible's approach to authority*, p. 85ss.

⁴⁷ The use of explicit Old Testament quotations in Qumran literature and in the New Testament, *New Testament studies*, 1961, p. 332

EXPLICAÇÃO E BASE PARA A RESTRIÇÃO

Depois de analisada a atitude bíblica em relação aos autógrafos e às cópias feitas com base neles, explicaremos agora em que sentido os evangélicos, diante disso, limitam a inerrância aos autógrafos da Escritura, propondo ao mesmo tempo algumas razões para isso.

Existe hoje em dia uma compreensão errônea e de graves conseqüências a respeito da limitação evangélica da inerrância (ou inspiração, infalibilidade) aos textos autógrafos, bem como sobre as implicações resultantes disso. DeKoster alega que existem apenas duas opções: ou a Bíblia que usamos no púlpito é a Palavra inspirada de Deus, *ou* então é a palavra não inspirada do homem. Uma vez que a inspiração e a inerrância se limitam aos autógrafos (hoje perdidos e, portanto, ausentes de nossos púlpitos), segue-se que nossas Bíblias contêm as palavras não-inspiradas do homem, e não a Palavra de Deus de que temos tanta necessidade.⁴⁸ Outros construíram uma argumentação epistemológica mal feita no tocante à inerrância bíblica alegando que um único erro na Bíblia invalida todo o resto. Nesse caso, não podemos confiar em nada do que diz; conseqüentemente, Deus não pode utilizá-la para comunicar-se conosco, já que ela não tem mais autoridade alguma.⁴⁹ Partindo desse ponto de vista errôneo, a crítica prossegue dizendo que a restrição da inerrância aos textos autógrafos feita pelos evangélicos significa que, em virtude dos erros presentes em todas as versões atuais, nossas Bíblias não merecem confiança alguma, são incapazes de nos transmitir a palavra de Deus e tampouco podem ser a Palavra inspirada de Deus. Se nossas Bíblias atuais, com seus erros, não são inspiradas, nada mais nos resta (uma vez que os autógrafos se perderam).

Esse dilema repousa sobre inúmeras falácias e mal-entendidos. Em primeiro lugar, confunde-se *texto* autógrafo (palavras) com *códice* autógrafo (documento físico). A perda deste último não significa necessariamente que o primeiro também tenha se perdido. Certos manuscritos podem ter se deteriorado e se perdido, porém as palavras contidas nesses manuscritos continuam conosco em cópias bem cuidadas. Em segundo lugar, quando os evangélicos defendem a inerrância, não pretendem com isso cometer a falácia lógica de dizer que se um livro, em uma determinada passagem, contém um erro, disso segue-se que todas as demais passagens estão automaticamente comprometidas. Em terceiro lugar, o predicado “inerrante” (ou “inspirado”) não significa que devemos fazer uma escolha radical entre tudo ou nada. Criamos um falso dilema ao dizer que um livro é totalmente inspirado ou não

⁴⁸ Editorial em *The Banner* (219/1977), p. 4.

⁴⁹ Cf. Smith, *Inspiration and inerrancy*, p. 135-6, v. p. 62-3; Pinnock, *Three views of the Bible in contemporary theology*, p. 65; Stephen T. Davis, *The debate about the Bible* (Philadelphia: Westminster, 1977), p. 79-81; Paul Rhees, prefácio a *Biblical authority*, org. Rogers, p. 12.

(assim como é falacioso achar que um livro deva ser integralmente verdadeiro ou falso). Muitos predicados (e.g., “calvo”, “quente”, “rápido”) são usados de modo gradativo. O mesmo se aplica a “inerrante” e “inspirado”. Um livro pode ser quase que totalmente inerrante, o que significa que pode conter alguns poucos erros. É possível que contenha uma certa dose de material inspirado e não inspirado. Uma antologia de textos sagrados de várias religiões, por exemplo, pode ser inspirado na medida em que apresente excertos da Bíblia. Isso não significa que a inerrância ou inspiração, como qualidades que são, admitam gradação, como se algumas passagens da Bíblia fossem “mais inspiradas” do que outras ou como se certas afirmativas de sentido específico fossem uma mistura de verdade e erro. Na verdade, os objetos (i.e., certos livros) desses predicados possuem elementos ou partes às quais os predicados se aplicam integralmente; outras, não. O fato de que podemos nos referir à calvície como um processo gradativo significa que certos objetos (i.e., cabeças) podem apresentar áreas com cabelos e áreas sem cabelos, e não que exista alguma qualidade que seja um misto de presença e ausência de cabelos.

É imprescindível reiterar da maneira mais clara possível, e sem nenhuma ambigüidade, que a restrição evangélica aos autógrafos: 1) refere-se ao *texto* autógrafo, preservando assim a singularidade da mensagem verbal de Deus;⁵⁰ 2) o que *não* significa que as Bíblias hoje existentes, uma vez que não são totalmente inerrantes, não podem ser Palavra de Deus. Para o evangélico, a inerrância ou inspiração das Bíblias atuais não é algo que se deva aceitar ou rejeitar por inteiro. Tenho uma edição antiga de uma peça de Shakespeare, publicada pela editora da Universidade de Cambridge, que provavelmente contém erros ou palavras que dão margem a discórdias se comparadas com o texto original do autor. Contudo, isso não me leva à conclusão radical de que o livro que tenho sobre minha mesa não é da autoria de Shakespeare. É uma obra shakespeariana — na medida em que reflete o trabalho do autor, o que a qualifica como tal (em vista do alto grau de aceitação dessa correlação) de um modo que não precisa ser explicitado e reiterado com frequência. Assim também, a versão da Bíblia que possuo contém diversos termos incorretos ou contestáveis se comparados ao texto autógrafo da Escritura, mas nem por isso deixa de ser Palavra de Deus, inspirada e inerrante — na medida em que reflete a obra original de Deus, o que (dado o grau objetivo, preeminente e universalmente aceito dessa correlação à luz da crítica textual) lhe confere uma qualificação que raras vezes necessita de afirmação.⁵¹ Não é difícil entender

⁵⁰ V. discussão de grupos de palavras em contraste com pergaminho e tinta em *Autographs, amanuenses, and restricted inspiration*, *Evangelical Quarterly*, v. 45, n.º 2 (April-June, 1973), p. 101-3.

⁵¹ Cf. John Warwick Montgomery, org., *Biblical inerrancy: what is at stake?* em *God's inerrant Word* (Minneapolis, Bethany Fellowship, 1974), p. 36-7.

que a cópia só será considerada uma reprodução confiável da obra original na medida em que se mantiver fiel às palavras do seu autor.⁵²

Explicaremos agora da maneira clara as implicações do ponto de vista evangélico segundo o qual a inerrância só se aplica aos autógrafos. De acordo com Francis Patton, “o texto bíblico que hoje possuímos só será inspirado se reproduzir com fidelidade os documentos originais [...] Nosso texto é confiável? Se não for, estaremos destituídos da palavra de Deus na exata proporção de sua falta de confiabilidade”.⁵³ Muitos evangélicos fazem hoje em dia o mesmo tipo de afirmação. Segundo Pinnock, “nossas Bíblias são Palavra de Deus na medida em que refletem as Escrituras em seu texto original”,⁵⁴ e prossegue: “Uma cópia confiável de uma obra original tem a mesma funcionalidade desse original na medida em que corresponda a ele e esteja em conformidade com seu texto”.⁵⁵ Assim também as traduções, conforme observa Henry “serão infalíveis na medida em que sua fidelidade for um reflexo das cópias hoje disponíveis”.⁵⁶ Palma, portanto, responde ao falso dilema de DeKoster: temos ou não diante de nós a Palavra inerrante e inspirada de Deus? Ele ressalta que as cópias e traduções são inspiradas, infalíveis e inerrantes na medida em que reproduzem de maneira fiel o texto original. Na medida em que acrescentam e subtraem algo do texto ou o distorcem, não se pode considerá-las Palavra de Deus inspirada.⁵⁷

Existe algum fundamento razoável para esse ponto de vista? Com base em que os evangélicos limitam a inerrância (inspiração, infalibilidade) aos autógrafos da Bíblia? Para a crítica, a restrição da inerrância aos autógrafos teria motivos apologéticos, por isso condenam essa limitação qualificando-a de evasiva desesperada e “artifício apologético” (para citar as palavras de Brunner) — um pretexto intelectual desonesto para evitar maiores constrangimentos.⁵⁸ Rogers discorda da restrição evangélica e diz tratar-se de uma tentativa de garantir uma “posição apologética inatacável” (a qual, segundo Pinnock, produziria uma posição imune a falsificações, porém sem sentido).⁵⁹ Tal abuso é im procedente. O recurso dos evangélicos aos autógrafos desaparecidos de maneira específica é limitada, já que as evidências

⁵² B. B. WARFIELD, *An introduction to the textual criticism of the New Testament*, New York: ThomasWhittaker, 1887, p. 3.

⁵³ *The inspiration of the Scriptures*, Philadelphia: Presbyterian Board of Publication, 1869, p. 113.

⁵⁴ *Biblical revelation*, p. 86.

⁵⁵ *A defense of biblical infallibility*, Philadelphia: Presbyterian and Reformed, 1967, p. 15.

⁵⁶ *God, revelation, and authority 2*, p. 14.

⁵⁷ Resposta ao editor, *The Banner* (11/11/1977), p. 24. Norman Geisler e William Nix expressam esse ponto de vista em termos de um contraste entre a inspiração verdadeira (reservada aos autógrafos) e a inspiração virtual (aplicada às boas cópias ou traduções) em *A general introduction to the Bible* (Chicago: Moody, 1968), p. 33 (publicada em português uma edição condensada dessa obra como título *Introdução bíblica: como a Bíblia chegou até nós* [São Paulo: Vida, 1999]).

⁵⁸ P.ex., Smith (e Evans), *Inspiration and inerrancy*, p. 63, 144; Harry R. Boer, *Above the battle? The Bible and its critics* (Grand Rapids: Eerdmans, 1977), p. 84; Beegle, *Scripture, tradition, and infallibility*, p. 148-9; Gerstner também cita Briggs, Loetscher e Sandeen em Warfield’s case for biblical inerrancy, em *God’s inerrant Word*, org. Montgomery, p. 136-7.

⁵⁹ ROGERS, *The church doctrine of biblical authority*, p. 39; PINNOCK, *Three views of the bible*, p. 65.

por si mesmas (longe de qualquer constrangimento apologético) respaldam a sugestão de erro de transcrição.⁶⁰ O crítico Stephen Davis reconhece que a limitação da inerrância aos autógrafos não é de forma alguma uma manobra apologética absurda por parte dos evangélicos, uma vez que a crítica textual, em grande parte, já fixou firmemente o texto bíblico.⁶¹ Uma vez que o apologeta defende o ensinamento do texto autógrafo (com ou sem a presença física dos manuscritos autógrafos), dificilmente pode-se acusá-lo de retirada tática, já que ele afirma, em consonância com Warfield, que “o texto autógrafo do NT encontra-se ao alcance da crítica de forma tão abrangente que não há motivo para nos desesperarmos, como se não pudessemos recuperar o livro divino, palavra por palavra, exatamente como o Senhor o deu por inspiração aos homens, e restituí-lo à igreja de Deus e a nós mesmos”.⁶² A restrição da inerrância aos autógrafos não deixa o evangélico apenas com uma quimera por defender. Além disso, evangélicos como Warfield não se deixam iludir a ponto de acreditar que a recuperação do texto autógrafo (algo que jamais se daria com perfeição absoluta) poderia livrá-los de todas as dificuldades bíblicas que exigem respostas.

Não há dúvida de que algumas das dificuldades e discrepâncias aparentes nos textos atuais desapareceriam com a recuperação do texto original da Escritura. Ninguém, porém, jamais afirmou em sã consciência que todas as dificuldades e discrepâncias aparentes nos textos disponíveis da Escritura resultariam simplesmente de adulterações textuais, e não de nossa ignorância histórica ou de outros fatos quaisquer.⁶³

A restrição da inerrância aos autógrafos, portanto, não é pretexto apologético dos evangélicos para escapar às dificuldades do texto bíblico. Nada disso.

Se a motivação evangélica não é apologética, qual seria então? Simplesmente teológica. Deus não prometeu em sua Palavra que as Escrituras seriam comunicadas com perfeição, portanto não é um *a priori* que se possa reivindicar. Além disso, a Palavra inspirada de Deus registrada pelas Escrituras é detentora de uma singularidade que deve ser preservada de quaisquer distorções. Conseqüentemente, não podemos ser teologicamente cegos ao significado dos erros de transmissão, tampouco podemos assumir teologicamente a ausência de tais erros. O que se pede de nós teologicamente, portanto, é que restrinjamos a inspiração, a infalibilidade e a inerrância aos autógrafos.

Não há nada de absurdo na afirmativa de que um texto infalível nos foi comunicado de modo falível. O fato de ser um documento cópia da Escritura Sagrada não implica que esteja isento de erros. Embora concordemos com

⁶⁰ Montgomery, *Biblical inerrancy: what is at stake?*, p. 36.

⁶¹ *The debate about the Bible*, p. 25.

⁶² *Introduction to textual criticism*, p. 15.

⁶³ *Inerrancy of original autographs*, p. 584.

Beegle quando afirma que não há nenhuma razão inerente para que Deus não preservasse de possíveis incorreções os escribas que copiaram a Bíblia, ele com certeza engana-se quando diz que deveríamos considerar as cópias das Escrituras como resultado da inspiração divina, a menos que a Bíblia nos diga explicitamente o contrário.⁶⁴ O fato é que a inspiração é um dom ou predicado extraordinário, que não pode ser entendido como algo aplicável a um indivíduo qualquer. Se alguém se dispõe a asseverar que os escribas da Bíblia foram inspirados em seu trabalho, produzindo resultados automaticamente infalíveis, cabe a esse indivíduo apresentar a prova teológica disso. O que se depreende da leitura das Escrituras, porém, é que a inspiração refere-se às palavras originais comunicadas por intermédio do Espírito Santo, e não à produção de cópias pelas mãos dos escribas.⁶⁵ Contrariamente ao que Beegle diz, o fato de que a Escritura original teve sua origem em Deus não significa que as cópias, como reproduções que são dos textos, também tenham sua origem em Deus, e sim que a *mensagem* por elas transmitida remete, em última análise, e em certa medida, à revelação concedida por Deus.⁶⁶ E. J. Young propõe um arrazoado mais convincente:

Se a Escritura é produto do “sopro” divino, segue-se disso naturalmente que só os originais nos foram comunicados dessa maneira. Se homens santos de Deus falaram da parte de Deus cheios do Espírito Santo, conseqüentemente apenas aquilo que falaram sob orientação do Espírito é inspirado. Certamente seria impróprio dizer que também eram inspiradas as cópias de suas palavras, uma vez que essas cópias não foram produzidas por homens cheios do Espírito. Portanto, não foram “sopradas” por Deus como as do texto original.⁶⁷

A esta altura, deve estar claro que a restrição da inerrância aos autógrafos deve-se à relutância dos evangélicos em sustentar a infalibilidade ou inerrância absoluta do texto transmitido,⁶⁸ uma vez que a Escritura, em parte alguma, nos permite inferir que sua transmissão e tradução se dariam sem erros por obra da intervenção divina.⁶⁹ Não há nenhuma garantia nas Escrituras de que Deus haveria de realizar o milagre perpétuo de preservar sua Palavra escrita de erros sempre que fosse transcrita de uma cópia para outra.⁷⁰ Uma vez que a Bíblia jamais afirma que todo copista, tradutor, compositor tipográfico e impressor compartilharia da infalibilidade do documento original, não cabe também ao cristão afirmá-lo. Trata-se de uma doutrina sem respaldo escriturístico, e o protestante se acha comprometido com o princípio metodológico do *Sola Scriptura*. Por conseguinte, o motivo primordial para que se restrinja a inerrância ao documento original da Palavra de Deus,

⁶⁴ *Scripture, tradition, and infallibility*.

⁶⁵ PINNOCK, *Defense of biblical infallibility*.

⁶⁶ *Scripture, tradition, and infallibility*, p. 154-5.

⁶⁷ *Thy Word is truth*, p. 56-7.

⁶⁸ GERSTNER, *Warfield's case for biblical inerrancy*, p. 137.

⁶⁹ MONTGOMERY, *Biblical inerrancy: what is at stake?*, p. 35.

⁷⁰ PATTON, *Inspiration of the Scriptures*, p. 112; GRAY, *Inspiration of the Bible*, p. 12-3.

autenticado profética e apostolicamente, explica-se pela existência de evidência bíblica para a inerrância dos autógrafos. Já o mesmo não se pode dizer das cópias. A distinção e a restrição são, portanto, do ponto de vista teológico, garantidas e necessárias.⁷¹

Todo o mundo sabe que nenhum livro jamais foi impresso, muito menos copiado à mão, sem que alguns erros se intrometessem no processo; e assim como não culpamos o autor por essas falhas quando ocorrem em livros comuns, tampouco devemos culpar a Deus por elas quando ocorrem nesse livro extraordinário que é a Bíblia.⁷²

Esta citação de Warfield mostra que é próprio do bom senso restringir as qualidades valorativas de uma obra literária a seu texto autógrafo. O bom senso nos diz que a identidade de um texto literário é determinada por seu autógrafo original (“a primeira transcrição completa, pessoal ou aprovada de um grupo singular de palavras composto por seu autor”).⁷³ No momento em que um pequeno erro ou distorção se introduz na cópia de uma obra literária, cria-se com isso um texto literário um tanto diferente e com uma certa dose de originalidade. Se decidimos ignorar as mudanças de menor porte, nada impede que continuemos a nos referir ao texto original e a cópia ligeiramente distorcida da mesma forma, mas isso não significa que possamos nos portar com indiferença em relação a um texto preciso.

Que autor moderno observaria impassível a edição de uma de suas peças em que centenas de palavras espalhadas aqui e ali fossem alteradas em decorrência de erros de impressão, de composição e revisão? [...] Não permitimos que “uma pequena adulteração” passe despercebida na transmissão de nossa herança literária, assim como era impossível que “um pequeno pecado” pudesse subsistir no Éden.⁷⁴

O valor real da produção literária de um autor não pode ser avaliado com segurança se não tivermos certeza se o texto à nossa frente representa sua obra ou a “originalidade” de algum escriba. Digamos que estejamos avaliando o que acreditamos ser *Hamlet*, de Shakespeare, e aí deparamos com a frase “solid flesh” [carne sólida] na famosa fala: “Oh, se esta carne sólida, tão sólida, se esfizesse” (Ato 1, Cena 2). Ao lermos esse texto, temos uma impressão mais ou menos favorável a essa obra supostamente escrita por Shakespeare; todavia, tal parecer pode muito bem redundar em constrangimento, mas não apenas isso. Na verdade, estaríamos sendo infiéis ao autor. Shakespeare escreveu “sallied [i.e., sullied] flesh” [carne dolorosamente suja.], apesar da disseminação generalizada da versão “solid flesh” [carne sólida].⁷⁵ Shakespeare faz com que Hamlet reflita sobre o fato de

⁷¹ PINNOCK, *Biblical revelation*, p. 82.

⁷² WARFIELD, *Inerrancy of original autographs*, p. 582.

⁷³ Cf. Bahnsen, *Autographs, amanuenses, and restricted inspiration*, p. 104-5.

⁷⁴ Fredson BOWERS, *Textual and literary criticism*, Cambridge: University Press, 1966, p. 8.

⁷⁵ Fredson BOWERS, Hamlet’s ‘sullied’ or ‘solid flesh’, *Shakespeare Survey IX* (1956), p. 44-8. O crítico literário que assimila erros de copistas pode se ver em situação constrangedora, como bem ilustra o caso

que sua honra natural ou herdada foi maculada pelo sangue infame de sua mãe, conforme indica a versão original, o que acarreta uma diferença muito significativa ao sentido da fala. O mérito ou demérito da expressão “carne sólida” deve-se a algum copista ou editor, e não ao autor. O bom senso nos impede de atribuir alterações secundárias no texto, bem como seu valor (ou ausência de valor) ao autor, uma vez que ele é responsável somente pelo texto autógrafa de sua obra literária.

Esse princípio aplica-se igualmente à Palavra de Deus. O que dizemos a seu respeito quando a avaliamos deve restringir-se ao que Deus nela introduziu originalmente, devendo excluir, portanto, a “originalidade” de escribas intermediários. Conforme assinala Warfield: “É a Bíblia que afirmamos ser “verdade infalível” — a Bíblia que Deus nos deu —, e não as adulterações ou os lapsos que os escribas e impressores nos legaram”.⁷⁶ A verdade absoluta combina com a Palavra de Deus, mas não aquelas palavras resultantes de erros dos escribas e impressores.

A identidade da Bíblia ou das Escrituras é, portanto, determinada pelo texto autógrafa, e o valor predicativo da “inerrância” só pode ser legitimamente aplicado a *esse texto* (não importa quantos manuscritos ele contenha).⁷⁷ Quando não pudermos ter certeza se um determinado manuscrito reflete o texto autógrafa, devemos nos abster de fazer quaisquer julgamentos e guardar a avaliação para o original.⁷⁸ Isso aplica-se sobretudo à palavra de Deus fixada pelas Escrituras, pois trata-se de comunicação exclusiva de Deus ao homem em linguagem humana. A Escritura possui um *status* extraordinário, já que não é meramente humana no que diz respeito à sua qualidade (v. Gl 1.12; 1Ts 2.13). Ao tomarmos esses escritos e os distinguirmos dos demais por causa de sua inspiração especial, lançamos a base para que a igreja estabeleça a diferença entre composições canônicas e não canônicas. Somente o que Deus disse pode ser norma de avaliação para as declarações de verdade feitas pelos cristãos. Isso é que dirá se há autoridade teológica naquilo que afirmam.⁷⁹ Por isso mesmo, as versões textuais decorrentes de erros de copistas não podem ser elevadas à categoria de autoridade divina simplesmente porque são rotulados com o título de “Escritura Sagrada”. A Palavra de Deus, portanto, não é algo elástico e mutável; pelo contrário, é única e segue um padrão determinado.

Até mesmo os evangélicos que negam a inerrância certamente se mostrarão sensíveis à exposição feita, já que eles também desejam preservar o *status* singular da Palavra de Deus, inspirada e infalível (embora errante). Caso contrário, verse-iam na contingência de aceitar a consequência supersticiosa e

de Melville’s ‘soiled’ fish of the sea, de Matthiessen John Nichol, *American Literature* XXI (1949), p. 338-9

⁷⁶ *Inerrancy of original autographs*, p. 582.

⁷⁷ BAHNSEN, *Autographs, amanuenses, and restricted inspiration*, p. 102-3.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 103.

⁷⁹ HENRY, *God, revelation, and authority* 2, p. 13.

absurda de que qualquer coisa colocada entre as capas de um livro formalmente rotulado de “Bíblia” é necessariamente a Palavra inspirada de Deus. Os sucessivos erros dos copistas acabariam por destruir completamente a mensagem de Deus. Será que poderíamos considerá-la inspirada depois disso? É claro que não.

Os evangélicos que não crêem na inerrância das Escrituras não têm base alguma para achar que os erros dos copistas se refiram sempre a fatos históricos e científicos, enquanto as questões relativas à fé e à prática estariam imunes a erros (pois pertenceriam ao domínio da “infallibilidade”, segundo vários teóricos). A infame “Bíblia Decaída”, de 1631, traduz o sétimo mandamento da seguinte forma: “Adulterarás” (omitindo a partícula negativa “não”, de importância crucial aqui). Esse erro de impressão escandaloso fez com que o arcebispo impusesse uma multa pesada aos impressores. Será que algum evangélico afirmaria seriamente que tal versão é inspirada ou infalível? Se não, isso significa então que *todos* os evangélicos estão de alguma forma comprometidos com a *restrição de sua bibliologia aos autógrafos*. Até mesmo os evangélicos que defendem a existência de erros destacam a qualidade única da Palavra escrita e inspirada de Deus,⁸⁰ e reconhecem que embora a salvação e a instrução possam proceder de uma tradução menos que perfeita, “o que temos é a palavra de Deus na medida em que reflete e reproduz o texto original”.⁸¹ Aqueles que, a exemplo de Davis, sustentam que “os manuscritos [autógrafos] não desempenham nenhum papel relevante para minha compreensão da Bíblia, pois creio que as Bíblias que hoje temos são infalíveis e constituem a Palavra de Deus para todos quantos as lêem”,⁸² estão simplesmente sendo ingênuos ou tolos. A limitação ao texto autógrafo é uma atitude de bom senso que todos os evangélicos acabam por adotar em um determinado momento, já que é seu desejo preservar a qualidade extraordinária da Palavra de Deus escrita.

A IMPORTÂNCIA DA LIMITAÇÃO

Tendo exposto detalhadamente o que diz a Bíblia sobre a relação dos autógrafos para com as cópias, e a importância de cada um deles; e depois de explicar em que sentido os evangélicos limitam a inerrância aos autógrafos, e o que isso implica para as cópias atuais, concluímos apresentando a base teológica para essa restrição. Todavia, uma pergunta logo vem à tona: não seria essa, afinal de contas, uma discussão trivial, uma vez que jamais teremos acesso aos autógrafos? Piepkorn observa: “Uma vez que os documentos originais são hoje inacessíveis e, ao que tudo indica, jamais serão recuperados,

⁸⁰ Orr, *Revelation and inspiration*, p. 200.

⁸¹ RAMM, *Special revelation and the Word of God*, p. 207.

⁸² *Debate about the Bible*, p. 116.

qualificar tais documentos de inerrantes é, em última análise, de valor *prático nulo*.⁸³ Evans faz a seguinte indagação retórica: “De que forma a inexistência de erros nos originais afeta o registro com erros de que hoje dispomos?”⁸⁴

A resposta imediata a isso é que a restrição da inerrância aos autógrafos *permite-nos confessar de forma consistente a veracidade divina* — o que é, sem dúvida alguma, muito importante! Se não pudéssemos fazê-lo, a teologia ficaria seriamente prejudicada. Só com um autógrafo inerrante será possível evitar que se atribuam erros ao Deus da verdade. Um erro no original seria um erro do próprio Deus, já que ele, nas páginas das Escrituras, assume a responsabilidade pelas palavras dos autores bíblicos. Os erros encontrados nas cópias, entretanto, são de responsabilidade exclusiva dos escribas que as transcreveram, não podendo, portanto, ser imputados a Deus.

Faz alguns anos, um teólogo “liberal” [...] observou que pouco importava se um determinado par de calças, originalmente perfeitas, hoje estavam cobertas de remendos. Ao que o destemido e sempre espirituoso David James Burrell retrucou dizendo tratar-se de coisa de somenos importância para o dono das calças, embora o alfaiate que as confeccionou jamais teria permitido que saíssem de sua loja naquele estado. Por fim, acrescentou que se o Altíssimo fosse achado entre os mestres da tesoura, sem dúvida seria ele o mais hábil de todos, incapaz de liberar uma roupa se nela houvesse uma costura mal feita.⁸⁵

Se as Escrituras, a exemplo das palavras de Homero e de outros, chegaram até nós graças simplesmente à providência divina geral na história, disso decorre que a presença de erros nos originais pouca diferença faria para nós; já a inspiração é coisa totalmente distinta. “Surpreendente, na verdade, é a maneira arrogante como os teólogos modernos relegam a doutrina da inerrância das Escrituras originais ao limbo da insignificância”,⁸⁶ exclama Young, pois a veracidade de Deus⁸⁷ e a perfeição da divindade⁸⁸ não são algo que se possa separar dessa doutrina.

Ele, naturalmente, nos diz que sua Palavra é pura. Se, porém, há erros nessa Palavra, disso deduzimos que não é pura [...] Ele diz que sua lei é a verdade. Sua lei contém a verdade; acreditamos nisso. Contudo, sabemos que contém erros. Se os autógrafos das Escrituras encontram-se desfigurados pelo erro, segue-se daí que Deus não nos disse a verdade sobre sua Palavra. Supor que ele seria capaz de gerar uma Palavra que contivesse erros é o mesmo que dizer que o próprio Deus comete erros.⁸⁹

No momento em que admitimos isso, perdemos, em princípio, o fundamento derradeiro do conhecimento teológico. Nossa certeza pessoal de

⁸³ What does ‘inerrancy’ mean? *Concordia Theological Monthly*, XXXVI, 1965, p. 590

⁸⁴ *Biblical scholarship and inspiration*, p. 62.

⁸⁵ GRAY, *Inspiration of the Bible*, p. 13.

⁸⁶ YOUNG, *Thy Word is truth*, p. 89, 90.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 86,89; v. Rene Pache, *The inspiration and authority of Scripture* (Chicago, Moody, 1969), p. 135.

⁸⁸ GRAY, *Inspiration of the Bible*, p. 13.

⁸⁹ YOUNG, *Thy Word is truth*, p. 87.

salvação, alicerçada objetivamente nas Escrituras, vai por água abaixo — uma vez que as promessas divinas, por mais bem-intencionadas que sejam, não são imunes ao erro.

O fato de que não sejamos capazes de ver hoje os autógrafos inerrantes não anula a importância da afirmação de que um dia eles existiram. Como assinala Van Til, quando se atravessa um rio cujas águas já começam a cobrir a ponte, ficamos felizes em saber que a ponte está ali, ainda que não possamos vê-la!⁹⁰ Em momento algum desprezamos a importância dessa ponte que não conseguimos ver, a ponto de tentar cruzar o rio em outro local qualquer. Ao olhar para a Bíblia que tenho em mãos, não vejo nela uma cópia fiel dos autógrafos, mas sem dúvida fico feliz em saber que eles amparam minha caminhada e fazem uma ponte entre mim e Deus, permitindo que eu volte para ele sem que para isso tenha de recorrer arbitrariamente a um outro expediente qualquer. O valor da minha Bíblia é consequência, no fim das contas, de sua dependência em relação aos originais inerrantes, como mostra R. Laird Harris:

Se refletirmos um pouco, veremos que a doutrina da inspiração verbal é válida, mesmo que não tenhamos mais acesso aos originais. Suponhamos, à guisa de ilustração, que queiramos medir o comprimento de um lápis qualquer. Com a ajuda de uma fita métrica, verificamos que o lápis em questão mede 15 cm. Com o auxílio de uma régua mais precisa, constatamos que ele mede, na verdade, 15,5 cm. Se verificarmos novamente o tamanho do lápis usando uma régua de engenheiro, veremos que mede pouco mais de 15,53 cm. Agora, se o medirmos cuidadosamente com uma régua de aço dentro de um laboratório, observaremos que o lápis medirá 15,512 cm. Não satisfeitos, mandamos o lápis para Washington, onde aparelhos de medição sofisticados mostrarão que ele mede 15,5126 cm. A medição obtida nesses aparelhos será referendada por uma medida padrão gravada em uma barra de platina na capital americana. Suponhamos, agora, que o jornal noticie o roubo dessa barra por um criminoso muito inteligente, que a teria derretido para obter o metal precioso usado em sua fabricação. Isso aconteceu de fato com a medida padrão britânica! Que diferença isso faria para nós? Muito pouca. Nenhum de nós jamais viu a tal barra de platina. É possível que muitos nem sequer soubessem que ela existia. Apesar disso, usamos tranquilamente fitas métricas, régua, escalas e objetos de medição semelhantes. O valor dessas medidas aproximadas depende de outras, mais precisas. Contudo, essas aproximações são também de imenso valor — se tiverem, naturalmente, um padrão preciso à sua retaguarda.⁹¹

Concluimos, portanto, que apesar de não termos à mão um texto inerrante, isso não impede que sejamos abençoados e possamos formular as grandes doutrinas da fé. A importância dos autógrafos, por conseguinte, não fica anulada, e a afirmativa de que Deus não tinha necessariamente de nos dar

⁹⁰ *Introduction to systematic theology* (apostila, Westminster Theological Seminary, reimp. Em 1966 e agora publicado pela den Dulk Christian Foundation como parte da série *In defense of the faith*), p. 153.

⁹¹ *Inspiration and canonicity of the Bible*, p. 88-9.

originais inerrantes revela-se ilusória.⁹² Deus pode atuar por meio de nossas cópias imperfeitas e manifestar a nós a fé salvadora, mas isso não diminui a diferença qualitativa entre um original perfeito e sua cópia imperfeita — assim como um mapa imperfeito pode nos guiar até nosso destino, embora falte a ele um detalhamento que só um mapa mais preciso pode apresentar.

Nunca é demais ressaltar que a inerrância limita-se aos autógrafos das Escrituras e, ao mesmo tempo, fazer a distinção aí implícita. Concordamos com Davis que Deus não preservou de erros os copistas e que, mesmo assim, a igreja prosperou e sobreviveu com o texto a que teve acesso,⁹³ mas concluir daí que um autógrafo inerrante não fosse vital para Deus nem necessário para nós, seria o mesmo que cair na falácia da generalização apressada. A importância da inerrância original é que ela nos capacita a confessar de maneira consistente a veracidade de Deus. Assim, ficamos desobrigados de dizer que aquele que se chama a si mesmo de “Verdade” cometeu erros e mentiu naquilo que disse.

Todavia, é possível que alguns se perguntem: “Se Deus se preocupou e considerou crucial garantir uma precisão absoluta ao texto original da Escritura, por que não teria se preocupado, e com maior fervor ainda, em preservar de erros as cópias? Por que permitiu a introdução de erros na transcrição dos originais?”⁹⁴ Vários evangélicos afirmam que Deus assim o fez para evitar que seu povo caísse na idolatria e passasse a adorar os manuscritos inerrantes.⁹⁵ Com isso, porém, caem no mesmo erro de muitos críticos da inerrância original no tocante a outros pontos — a saber: confundem o texto autógrafo com o códice autógrafo. Os manuscritos originais podem muito bem ter desaparecido, evitando assim que fossem idolatrados, mas a pergunta que persiste é por que o texto dos autógrafos não foi preservado de erros?⁹⁶ Talvez uma resposta mais convincente seja a de que a necessidade da crítica textual, cuja existência se justifica pela existência de um texto falho das Escrituras, teria como efeito desviar a atenção de detalhes triviais do texto (que poderiam vir a ser usados como amuletos ou cabala) para a mensagem nele contida.⁹⁷ Com o passar do tempo, porém, teríamos que deixar para trás tais perguntas, que parecem trazer em si uma idéia *a priori* do que esperar de Deus e confessar: “Não sabemos por que Deus não quis preservar o texto das cópias originais da Bíblia”.⁹⁸ “As coisas encobertas pertencem ao SENHOR, mas as reveladas pertencem a nós” (Dt 29.29).

⁹² Cf. Beegle, *Scripture, Tradition, and infallibility*, p. 158; Young, *Thy Word is truth*, p. 89.

⁹³ DAVIS, *Debate about the Bible*, p. 78-9.

⁹⁴ P.ex., Pinnock, *Three views of the Bible*, p. 66.

⁹⁵ P.ex., Kuyper, *Encyclopedia of Sacred Theology* iii, p. 67; Pache, *Inspiration and authority of Scripture*, p. 138-9; Wenham, *Christ and the Bible*, p. 186; Geisler e Nix, *General introduction to the Bible*, p. 32-3; E. Sauer, *From eternity to eternity* (London: Paternoster, 1954), p. 110; Pinnock, *Biblical revelation*, p. 83; Harold Lindsell, *The battle for the Bible* (Grand Rapids: Zondervan, 1976), p. 36.

⁹⁶ Cf. Beegle, *Scripture, Tradition, and infallibility*, p. 159; Davis, *Debate about the Bible*, p. 79-80.

⁹⁷ P.ex., Wenham, *Christ and the Bible*, p. 186.

⁹⁸ YOUNG, *Thy Word is truth*, p. 61.

Deus preferiu não compartilhar conosco por que motivo permitiu que o texto dos autógrafos fosse modificado em algumas partes da Escritura. Saber a resposta a essa pergunta certamente não é condição necessária para que afirmemos a limitação da inerrância aos autógrafos, contanto que tal posição seja ratificada por bases suficientemente independentes.

Alguns evangélicos dão a impressão, em seus escritos, de acreditar que dois tipos muito diferentes de restrição à inerrância da Escritura são igualmente prejudiciais à doutrina e têm praticamente o mesmo efeito. Os evangélicos que acreditam na existência de erros no texto bíblico restringem a confiabilidade plena das Escrituras às questões próprias da revelação que podem nos tornar “sábios para a salvação”, ao passo que os evangélicos adeptos da inerrância limitam-na ao texto autógrafo. Uma vez que prevalece a idéia de que esses dois tipos de restrição têm o mesmo efeito prático, os defensores da presença de erros no texto bíblico por vezes afirmam que a oposição dos evangélicos (que defendem a inerrância) ao seu ponto de vista é trivial. Afinal de contas, presume-se que o *status* epistemológico dos dois pontos de vista seja o mesmo, uma vez que os erros existentes nas cópias da Escritura que possuímos não podem ser ignorados, ameaçando com isso a autoridade indisputável desses manuscritos. Se, porém, analisarmos com bastante cuidado a questão, veremos que a importância da inerrância dos originais não fica fragilizada por esse raciocínio. Se os manuscritos *originais* da Escritura contiverem erros, não há como sabermos qual a *extensão* deles. A amplitude de possíveis falhas é praticamente ilimitada, pois quem pode afirmar em que momento um Deus que comete erros deixará de cometê-los?⁹⁹ Quem ousará dizer que sabe como consertar os “erros” de Deus? (compare com Rm 3.4; 9.20; 11.34; 1Co 2.16). Em contrapartida, *erros* de transmissão podem, em princípio, ser *corrigidos* pela crítica textual. Wenham compreendeu isso quando disse:

Comenta-se que como não há necessidade de inerrância neste momento, não há razão por que supor que um dia houve tal coisa. Todavia, a distinção entre a Escritura, em sua forma manifestada original, e a Escritura tal como a temos agora, não é mero pedantismo. Por um lado, é indispensável que nos apeguemos à verdade absoluta da comunicação divina direta. Deus não fala uma verdade aproximada. As exposições humanas daquilo que Deus disse, por outro lado, aproximam-se efetivamente da verdade, o que nos permite falar de diferentes graus substanciais de aproximação. Se a expressão “infalibilidade essencial” for aplicada à comunicação divina, seu significado torna-se vago. É como um remédio que se sabe adulterado, mas não se sabe até que ponto. Quando, porém, a “infalibilidade essencial” refere-se às Escrituras, outrora inerrantes, porém hoje ligeiramente degradadas em seu texto, o significado poderá ser preciso, guardadas as devidas proporções. É como se estivéssemos diante de uma garrafa com o seguinte rótulo: “Esta bebida contém menos de 0,01% de impurezas”. O

⁹⁹ V. *ibid.*, p. 88; Pache, *Inspiration and authority of Scripture*, p. 135-6; L. Gaussen, *The divine inspiration of the Bible* (Grand Rapids: Kregel, 1841; reimp., 1971), p. 159-60.

Senhor mesmo (no caso do AT) deu-nos o exemplo tomando ele próprio o remédio que prescreveu. O último desejo de um homem em seu testamento não fica invalidado por erros superficiais de transcrição; tampouco os testamentos de origem divina da Bíblia.¹⁰⁰

Uma inerrância que se restringisse às questões de fé e prática (supondo-se, por enquanto, que seja possível separá-las dos detalhes históricos e científicos da Palavra de Deus) não se acha no mesmo nível epistemológico de uma inerrância que compreende tudo o que foi ensinado na Palavra de Deus, limitando-se, porém, ao texto autógrafa.

É impossível preservar o princípio do *Sola Scriptura* com base na inerrância limitada, uma vez que uma autoridade sujeita a erros — e que precisa ser corrigida por alguma fonte externa — não pode atuar como fonte e árbitro exclusivo da teologia cristã.¹⁰¹ Essa base filosófica da certeza, em que Cristo fala de modo inerrante por meio de uma revelação histórica que identificamos como a Palavra de Deus escrita, encontra-se preservada, em princípio, pela doutrina da inerrância original, mas acha-se ao mesmo tempo viciada por uma doutrina de inerrância limitada, em que Deus fala em meio a erros sobre determinadas questões. A inerrância original é para nós ponto de partida e autoridade última na busca da verdade e da derrota do ceticismo filosófico; ao passo que a inerrância limitada não nos deixa em uma posição epistemológica melhor, tampouco proporciona uma autoridade teológica final mais segura do que aquela que nos proporciona a literatura pagã.¹⁰² Do ponto de vista da teologia, por que deveríamos buscar o texto autógrafa se isso não dá segurança alguma à palavra inerrante de Deus? “Se o erro tivesse se introduzido na verbalização profético-apostólica original da revelação, não haveria nenhum vínculo essencial entre a recuperação de um texto específico e o significado autêntico da revelação divina.”¹⁰³

Em resumo, a doutrina da inerrância original só permite que haja dúvidas no tocante à *identificação* do texto — dúvidas que podem ser atenuadas por métodos empregados na crítica textual. Nesse caso, a Palavra de Deus continua isenta de erros até prova em contrário; isto é, o que acho consignado em minha Bíblia deve ser tido como verdadeiro a menos que alguém, movido por uma razão muito bem fundamentada, levante dúvidas quanto à integridade do texto *qua* texto. A doutrina da inerrância limitada, porém, ao afirmar a existência de erros inerentes ao texto em questões relativas à história e à ciência, suscita dúvidas terríveis quanto à *verdade da Palavra de Deus*, e de tal forma que suas afirmativas não podem ser totalmente acatadas até que sejam

¹⁰⁰ *Christ and the Bible*, p. 186.

¹⁰¹ PINNOCK, *Biblical revelation*, p. 74.

¹⁰² Cornelius Van Til, *Introduction* à obra de B. B. Warfield, *Inspiration and authority of the Bible* (Philadelphia, Presbyterian and Reformed, 1948), p. 46; Van Til, *Christian theory of Knowledge* (Nutley, N. J., Presbyterian and Reformed, 1969), p. 34-6.

¹⁰³ HENRY, *God, revelation, and authority* vol. 2, p. 14; v. Van Til, *Introduction a Inspiration and authority of Bible*, p. 4.

investigadas ou isentas de erros por uma autoridade externa que dará a palavra final. Em outras palavras, a diferença entre os que defendem a inerrância original e os que advogam a existência de uma inerrância limitada fica evidente na divergência de resultados da crítica textual em ambos os casos. No momento em que o texto em questão é identificado por alguém que defende a inerrância original, o que se tem é uma *verdade incontestável*. Contudo, para os que defendem a inerrância limitada, o texto identificado não passa de algo que *pode* ser verdade (ou não).¹⁰⁴

Vimos, portanto, que a doutrina pela qual a inerrância fica limitada aos autógrafos da Bíblia está longe de ser trivial ou irrelevante. Sua importância é enorme, não por que a inerrância seja necessária aos planos de Deus, possibilitando ao leitor desfrutar de sua Bíblia, e sim para que seja mantida a veracidade de Deus e a autoridade epistemológica indisputável de nossos comprometimentos teológicos.

A CERTEZA DE POSSUIRMOS A PALAVRA DE DEUS

Ao longo da discussão anterior, insistimos na restrição da inerrância ao texto autógrafo da Bíblia e defendemos com veemência essa posição. A pergunta natural que surge agora é a seguinte: será que podemos ter certeza de possuímos a Palavra de Deus genuína nas cópias e traduções que temos hoje à nossa disposição? Afinal de contas, a inspiração e a inerrância das Escrituras limitam-se apenas ao texto original e aplicam-se ao texto atual na medida em que este reflete o original. Como podemos saber se as cópias existentes são de fato transcrições substancialmente corretas dos autógrafos? A resposta aqui é dupla: a providência divina e os resultados apresentados pela ciência textual permite-nos sabê-lo.

Se não partirmos do pressuposto de que Deus falou claramente e nos concedeu um meio adequado para que possamos saber o que ele disse de fato, segue-se que a história toda da Bíblia e o projeto nela delineado do plano de Deus para a salvação do homem não fazem sentido algum. Conforme observou James Orr, uma vez que a preservação do texto da Escritura é parte da transmissão do conhecimento de Deus, é razoável esperar que Deus providencie o meio para sua concretização; caso contrário, sua revelação aos homens se frustrará.¹⁰⁵ A providência divina cuida para que as cópias da Escritura não se corrompam a ponto de se tornarem ininteligíveis aos propósitos originais de Deus ao nos concedê-la ou tão adulterada que acabe gerando uma falsificação imensa do texto de sua mensagem.¹⁰⁶ A Escritura nos assegura que a Palavra de Deus permanecerá para sempre (Is 40:8; Mc

¹⁰⁴ Robert REYMOND, prefácio a *Defense of biblical infallibility*.

¹⁰⁵ *Revelation and inspiration*, p. 15 5-6.

¹⁰⁶ Cf. Kuyper, *Encyclopedia of sacred theology* III, p. 68-9; Pinnock, *Biblical revelation*, p. 83.

5.18; 24.35; Lc 16.17; 1Pe 1.24,25), e por meio de seu controle providencial, Deus garante o cumprimento de tal promessa.

John Skilton nos dá uma resposta bastante útil à discussão atual:

Suponhamos que o cuidado e a providência divinas, apesar de sua singularidade característica, não tenham preservado nenhum dos manuscritos do AT ou do NT. Suponhamos ainda que Deus não tenha preservado de erros os que transcreveram as Escrituras durante o longo período em que o texto sagrado foi retransmitido por meio de cópias manuscritas. Temos, contudo, de reconhecer que o Deus que nos deu as Escrituras, que faz todas as coisas em conformidade com o conselho de sua vontade, demonstrou um desvelo especial para com sua Palavra, preservando-a durante séculos em um estado de pureza essencial, capacitando-a a realizar o propósito para o qual nos foi concedida. É inconcebível que o Deus soberano, que se deleitou em nos dar sua Palavra como instrumento vital e necessário para a salvação de seu povo pudesse permitir que ela se tornasse de tal modo maculada em sua transmissão que já não pudesse mais exercer o Fim para o qual nos foi legada. Pelo contrário, tão certo quanto o Senhor é Deus, não podemos esperar dele outra coisa senão um cuidado especial na preservação de sua revelação escrita.¹⁰⁷

A fé na consistência de Deus — sua fidelidade à sua intenção de tornar os homens sábios para a salvação — permite-nos inferir que ele jamais permitiria que a Escritura se desvirtuasse de tal modo que não pudesse mais cumprir seu propósito de modo adequado. Teologicamente, podemos concluir que, para todos os fins práticos, o texto da Escritura é sempre suficientemente preciso para que dele não nos desviemos.¹⁰⁸ Se partirmos do pressuposto de que Deus é soberano, assinala Van Til, deixa de ser preocupante o fato de que a transmissão da Escritura não seja totalmente preciso. A providência divina cuidou para que a transcrição do texto bíblico se desse de forma fundamentalmente precisa.¹⁰⁹

Sustentamos, portanto, que a Bíblia hoje ao nosso alcance é perfeitamente suficiente para nos levar a Cristo, instruir-nos em sua doutrina e guiar-nos em um justo viver. É óbvio que Deus realizou sua obra na igreja, e por meio dela, durante séculos, apesar de pequenas falhas nas cópias existentes da Escritura. Por conseguinte, é natural que a necessidade de restringir a inerrância aos autógrafos não se dá porque seja algo indispensável à sua eficácia. “Não se segue [...] que só um texto isento de erros possa ter efeitos benéficos para os cristãos; tampouco os que crêem na inerrância da

¹⁰⁷ The transmission of the Scriptures, em *The infallible Word*, ed. rev., org. N. B. Stonehouse e P. Wooley, Philadelphia: Presbyterian and Reformed, 1946, p. 143.

¹⁰⁸ PACKER, “Fundamentalism” and the Word of God, p. 90-1.

¹⁰⁹ *Christian theory of knowledge*, p. 28. Nesse aspecto, o autor recorre às implicações críticas da não pressuposição do controle soberano de Deus sobre todas as coisas para fazer frente aqueles que colocam em dúvida a inerrância original: p.ex., Beegle (v. *Doctrine of Scripture*, p. 72-91) e Brunner (*Introduction to Inspiration and authority of Bible*, p. 46ss).

Escritura defendem tal ponto de vista.”¹¹⁰ As cópias que hoje possuímos são reconhecidamente precisas e suficientes para dirimir todas as dúvidas possíveis, exceto por alguns detalhes de menor importância.¹¹¹ Como deixa claro a *Confissão de Fé Westminster*, ao limitar a inspiração imediata ao texto original das Escrituras, a Bíblia em vernáculo comum utilizada pelos cristãos é suficiente para todos os propósitos da vida religiosa e para a esperança dos crentes (I.8). Podemos simplesmente ignorar a distinção entre os autógrafos e as cópias, tornando-nos ousados em relação à Palavra de Deus. Todavia, no momento em que passamos a estudar a Escritura mais detalhadamente, temos de levar em conta essa distinção e permanecer receptivos a um texto mais preciso.

A suficiência das cópias e traduções atuais não eliminam, evidentemente, a necessidade da crítica textual. “A verdade e o poder das Escrituras não ficam invalidados pela presença de uma certa corrupção textual. Esse fato, porém, não deve ser motivo para complacência. Um texto imperfeito deve ser substituído por outro de melhor qualidade.”¹¹² Afinal de contas, “se homens santos falaram da parte de Deus, como afirmam os cristãos, temos de levar em conta aquilo que disseram, e não uma série de glosas interpoladas por algum escriba medieval”.¹¹³ Por respeito a Deus e à singularidade de sua Palavra, a igreja, como parte de seus cuidados para com a Bíblia, procura fazer o melhor possível para corrigir as cópias existentes da Escritura de modo que fique preservado integralmente o impacto daquilo que foi transmitido originalmente, mantendo a fidelidade a questões específicas de fé e prática.”¹¹⁴

As pessoas se perguntam, como já observei anteriormente, qual seria a utilidade de um original inerrante se não é possível recuperá-lo de forma alguma? “Esse é o problema da crítica textual”, observa Harris.¹¹⁵ Não é possível no curto espaço deste texto analisar os princípios, a história e os resultados da crítica textual.¹¹⁶ Seja como for, a qualidade evidente dos textos bíblicos à nossa disposição é bem conhecida. O texto original nos foi comunicado praticamente em todos os detalhes, o que justifica a declaração de Frederick Kenyon:

O cristão pode pegar a Bíblia toda nas mãos e dizer sem medo ou hesitação que ali está a verdadeira Palavra de Deus, legada a nós sem perdas essenciais de uma geração à outra ao longo dos séculos.¹¹⁷

¹¹⁰ YOUNG, *Thy Word is truth*, p. 87.

¹¹¹ GEISLER E NIX, *General introduction to the Bible*, p. 32.

¹¹² PINNOCK, *Biblical revelation*, p. 85; v. Skilton, *Transmission of the Scriptures*, p. 167.

¹¹³ *Ibid.*, p. 82.

¹¹⁴ Cf. Young, *Thy Word is truth*, p. 87; Ramm, *Special revelation and the Word of God*, p. 191; F. F. Bruce, Prefácio, p. 9, e Beegle, *Scripture, Tradition, and infallibility*, p. 157.

¹¹⁵ *Inspiration and canonicity of the Bible*, p. 96.

¹¹⁶ Cf. Skilton, *Transmission of the Scriptures*, Wenham, *Christ and the Bible*, cap. 7; Geisler e Nix, *General Introduction to the Bible*, parte III, para uma pesquisa confiável.

¹¹⁷ *Our Bible and the ancient manuscripts*, rev., New York: Harper, 1940, p. 23.

A crítica textual das cópias da Escritura que possuímos trouxe resultados imensamente confortadores à igreja de Cristo. Vos conclui que “possuímos hoje o texto bíblico de uma forma substancialmente idêntica à dos autógrafos”.¹¹⁸ Vale a pena reproduzir o que disse Warfield a esse respeito:

Em contrapartida, se compararmos o estado atual do texto do Novo Testamento com o de um outro documento antigo qualquer, só há um veredicto possível: o texto neotestamentário é maravilhosamente correto. Tal foi o cuidado com que o NT foi copiado — um cuidado nascido sem dúvida alguma da reverência por suas palavras sagradas; tal foi a providência de Deus ao preservar para sua igreja, em todas as épocas, um texto competente e exato das Escrituras, que o NT não encontra paralelo entre os escritos antigos, tal a pureza do texto transmitido e em uso. Mas não apenas isso, a infinidade de testemunhos que chegou até nós, corrigindo os poucos erros encontrados no texto, também é sem igual. A divergência entre o texto atual e os autógrafos causa admiração em qualquer impressor contemporâneo: a proximidade com o texto autógrafo é de causar inveja a todo leitor moderno de livros antigos.

A grande massa de textos do NT, em outras palavras, nos foi transmitida com pouca ou nenhuma variação; e até mesmo na forma mais corrompida que já apareceu. Conforme as palavras sempre citadas de Richard Bentley, “o texto real dos escritores sagrados é de uma exatidão rigorosa; [...] jamais um artigo de fé ou um preceito moral corrompeu-se ou se perdeu [...] por mais constrangedora que nossa escolha possa ser, por mais perverso que seja o nosso intento ao pinçarmos um texto qualquer entre todos à nossa disposição”. Se, portanto, fizermos a crítica textual do NT como que por obrigação, a única conclusão possível será necessariamente mediada pela inspiração da esperança. O texto autógrafo do NT pode ser perfeitamente estudado pela crítica em sua maior parte. Portanto, não há por que perdermos a esperança de restituir à igreja de Deus o livro divino, palavra por palavra, conforme Deus o deu por inspiração aos homens.¹¹⁹

Em outro lugar, Warfield afirma que aqueles que ridicularizam os “autógrafos perdidos” sempre o fazem como se a Bíblia que nos foi legada por Deus estivesse a tal ponto perdida que não fosse possível recuperá-la, que os homens têm agora de se contentar com textos irremediavelmente perdidos e que é impossível saber o que havia nos autógrafos. Contra essa visão absurda e extrema, Warfield sustentava que “temos o texto autógrafo” entre as cópias que circulam entre nós, e não é impossível restaurar o original.¹²⁰

Os defensores da veracidade da Escritura sempre afirmaram, a uma só voz, que Deus nos concedeu a Bíblia como testemunho isento de erros de sua vontade para com os homens, e que, em sua graça sem medida, preservou-a para eles até o dia presente — sim, e a preservará até o final dos tempos [...] Não apenas era a Palavra inspirada, dada por Deus, isenta de erros, como

¹¹⁸ Bible, *The encyclopedia of Christianity*, vol. 1, org., Edwin Palmer, Delaware: National Foundation of Christian Education, 1964, p. 659.

¹¹⁹ *Introduction to textual criticism*, p. 12-5.

¹²⁰ *Inerrancy of original autographs*, p. 583-4.

também [...] jamais deixou de sê-lo [...] É heresia confessa afirmar que os homens perderam o acesso à Bíblia inerrante, assim como é heresia dizer que jamais houve uma Bíblia inerrante.¹²¹

A acusação de que Deus aparentemente não se preocupou em preservar o texto original básico é vã, porque, longe de irremediavelmente corrompidas, nossas cópias praticamente nos apresentam o texto autógrafa.¹²² O escárnio de que são vítimas os evangélicos por causa dos “autógrafos perdidos” é totalmente sem propósito, já que não os consideramos perdidos de forma alguma! Como assinala Harris:

Para todos os efeitos, temos os autógrafos. Portanto, quando dizemos que acreditamos na inspiração verbal dos autógrafos, não estamos nos referindo a algo imaginário e distante, e sim aos textos escritos por aqueles indivíduos inspirados, e que foram preservados para nós com tanto desvelo por crentes fiéis de um passado longínquo.¹²³

A doutrina da inerrância original, portanto, não priva os crentes de hoje da Palavra de Deus em forma adequada no tocante a tudo aquilo que Deus quis revelar a seu povo. Ao pressupormos a providência divina na preservação do texto bíblico, e observando ainda os resultados significativos obtidos pela crítica textual das Escrituras, podemos ter plena segurança de que possuímos a Palavra de Deus necessária à nossa salvação e ao nosso viver com Cristo. A idéia de que o texto autógrafa perdeu-se para sempre não tem fundamento e é totalmente vã. As Bíblias que temos ao nosso alcance são versões confiáveis da mensagem original de Deus, suficientes em tudo aquilo a que se propõem como cópias e portadoras que são da Palavra de Deus plena de autoridade.

CRÍTICAS FINAIS

Antes de dar por encerrada nossa discussão, examinaremos três tipos finais de ataques diretos à doutrina da limitação da inerrância ao texto autógrafa. O primeiro deles alega que a doutrina não pode ser provada; o segundo, que não pode ser defendida de maneira consistente ao lado de outras doutrinas e verdades evangélicas sobre a Bíblia; e, por último, não é fiel ao ensinamento da Escritura.

Em primeiro lugar, existem aqueles que procuram exagerar a impossibilidade da inerrância original porque os autógrafos há muito se perderam. Uma vez que os manuscritos bíblicos originais não podem ser inspecionados, porque não estão disponíveis, segue-se que não passa de especulação tomá-los como documentos isentos de erros. Afinal de contas, ninguém jamais viu efetivamente tais autógrafos inerrantes. A crítica, porém,

¹²¹ *Westminster Confession and the original autographs*, p. 589-90.

¹²² YOUNG, *Thy Word is truth*, p. 56-7.

¹²³ *Inspiration and canonicity of the Bible*, p. 94.

não compreende a natureza e a fonte da doutrina original da inerrância. Não se trata de uma doutrina resultante da investigação empírica de certos textos escritos; ela é, na verdade, um compromisso teológico alicerçado no ensinamento da Palavra do próprio Deus. A natureza de Deus (que é a verdade) e a natureza dos livros bíblicos (palavras efetivamente divinas) obrigam-nos a ver os manuscritos originais, produzidos sob a orientação do Espírito Santo da verdade, como um *corpus* integralmente verdadeiro e sem erros. Com relação à crítica de que os autógrafos sem erros jamais foram vistos, só podemos dizer que também os autógrafos com erros jamais foram vistos. A idéia de que os originais da Bíblia continham erros é algo tão distante da prova empírica direta disso quanto a idéia contrária a ela.¹²⁴ A questão básica continua a ser direcionada e respondida pela Bíblia. Qual seria a natureza da Escritura dada pela boca do próprio Deus? Os evangélicos não acreditam que sua resposta a essa pergunta não possa ser provada, e sim que a Palavra de Deus a demonstra em toda a sua inteireza.

Uma segunda crítica direta à limitação da inspiração (e, portanto, da inerrância) aos autógrafos foi formulada por George Mavrodes,¹²⁵ que duvida do fato de que os evangélicos se deixem guiar pelo princípio do *Sola Scriptura* e os desafia a darem uma definição de “autógrafo” que se aplique a todos os livros da Bíblia, e que não negue o emprego de amanuenses não inspirados na produção desses manuscritos autógrafos¹²⁶ (desconsiderando, portanto, a idéia de uma cópia literalmente manuscrita pelo autor).¹²⁷ Além disso, tal ponto de vista não deve restringir arbitrariamente a inspiração aos manuscritos produzidos por esses amanuenses.

Já respondi a esse desafio no mesmo periódico em que foi lançado¹²⁸ com o argumento de que a inspiração não é algo restrito arbitrariamente ao texto autógrafo, e sim de maneira prática, dado que não podemos ter certeza — uma vez que não temos os autógrafos para comparar — de que cópias sujeitas a erros (já que Deus não prometeu que nos legaria cópias isentas de erros de sua Palavra) serão rigorosamente precisas. Dito isso, entendo por autógrafo uma transcrição feita pela primeira vez, de modo pessoal ou referendado, de um grupo único de palavras composto por um autor específico. Nesse sentido, observamos que todo livro bíblico tem um autógrafo — nada impede também que os amanuenses fossem usados em sua produção. O fato de que o *produto acabado* é tido como “inspirado por Deus” (2Tm 3.16) assegura a transcrição inerrante pelos amanuenses sem contudo colocá-los na mesma categoria do autor, que era movido pelo Espírito Santo

¹²⁴ PINNOCK, *Biblical revelation*, p. 82; PINNOCK, *Defense of biblical infallibility*, p. 15; GEISLER E NIX, *General introduction to the Bible*, p. 32; LINDSELL, *Battle for the Bible*, p. 27; Idem, *God's incomparable Word* (Wheaton: Victor, 1977), p. 25.

¹²⁵ The inspiration of autographs, *Evangelical Quarterly*, vol. 61, no. 1 (1969), p. 19-29.

¹²⁶ Cf. Beegle, *Scripture, tradition, and infallibility*, p. 152, 160; Smith, *Inspiration and inerrancy*, p. 122.

¹²⁷ Cf. Bruce, prefácio a *Scripture, tradition, and infallibility*, p. 8-9.

¹²⁸ Bahnsen, *Autographs, amanuenses, and restricted inspiration*, p. 100-10.

(v. 2Pe 1.21). Por conseguinte, a limitação da inspiração ao texto autógrafo é perfeitamente defensável, paralelamente a princípios teológicos fundamentais (tais como o *Sola Scriptura*), além de fatos óbvios sobre a Bíblia (como, por exemplo, o uso de amanuenses em sua produção).¹²⁹

Em resposta a meu artigo, Sidney Chapman optou por outro tratamento da questão ao criticar a limitação da inspiração aos autógrafos.¹³⁰ Ele conclui dizendo simplesmente o impossível: que a Septuaginta era inspirada, uma vez que “toda Escritura é inspirada por Deus” (2Tm 3.16), e que Paulo tratou uma citação praticamente tirada da *Septuaginta* como “Escritura” (Rm 4.3). Portanto, a versão da *Septuaginta* era inspirada.¹³¹ Chapman, porém, acaba enredado em diversas falácias lógicas no decorrer de sua argumentação. Em primeiro lugar, há um equívoco óbvio no tocante à palavra *Escritura* encontrada nos dois textos citados. Em Romanos 4.3, Paulo está simplesmente interessado no sentido ou significado do ensinamento espiritual do AT registrado em Gênesis 15.6. Tal ensino pode ser transmitido por uma cópia ou tradução precisa e, em face do público a quem se dirigia, Paulo prontamente recorreu à versão da *Septuaginta* disponível. Em 2Tm 3.16, entretanto, Paulo refere-se à Escritura de maneira específica, como algo procedente de Deus, e que só pode ser encontrada nos autógrafos (ou textos idênticos a eles contidos em manuscritos posteriores).¹³² Assim, a versão da *Septuaginta* pode ser considerada “Escritura” em vista do fato de que expressa o sentido do original, ao passo que os autógrafos são “Escritura” em sentido preciso e literal, em si e por si mesmos. Quando me refiro à *Nova Versão Internacional* como “Escritura” (porque entendo tratar-se de uma versão capaz de transmitir com alta precisão o original), dificilmente quero dizer com isso que não faço distinção entre a tradução para o português e o original em hebraico e grego ou que não distingo entre os autógrafos e as cópias feitas com base neles.

Em segundo lugar, Chapman deve levar em conta o fato de que Paulo não afirma explicitamente que a *Septuaginta*, ou qualquer parte dela, seja de fato “Escritura”. Ele nem sequer menciona a *Septuaginta* nesse sentido. Além disso, Paulo não salienta o fato, tampouco dá entender que a *Septuaginta* é “Escritura” no mesmo sentido em que o termo é usado em 2Timóteo 3.16, uma vez que o texto usado pelo apóstolo não é idêntico ao grupo de palavras empregado pela *Septuaginta*.

¹²⁹ Cf. Pinnock, *Biblical revelation*, p. 83; Longenecker, *Ancient amanuenses and the pauline epistles*, p. 296; Warfield, *Limited inspiration* (Philadelphia: Presbyterian and Reformed, s/d.), p. 18-9.

¹³⁰ Bahnsen on *inspiration*, p. 162-7.

¹³¹ Cf. Davis, *Debate about the Bible*, p. 64-5. Beegle usa um argumento lingüístico semelhante e conclui que os exemplares da Septuaginta da época do NT eram inspirados; v. Payne, *Plank bridge*, p. 17.

¹³² Apresento esse argumento nas p. 102-3 do meu artigo “Autographs”, mas Chapman confunde o argumento sobre o *texto* original com outro sobre os *manuscritos* originais. Não é este o momento de refutar as críticas de Chapman aos elementos de minha argumentação, embora valha a pena ter em mente as tentativas falazes de inutilizá-la.

Em terceiro lugar, mesmo que a versão da *Septuaginta* nesse ponto fosse “Escritura” no sentido pleno da palavra (e não simplesmente *escriturístico*), só poderíamos conceder esse mesmo *status* a *todos* os textos da Septuaginta se lançássemos mão de um expediente de composição falaciosa ou de generalização apressada. Portanto, concluímos que Romanos 4.3 não ensina nem mostra que a versão dos LXX era inspirada. Chapman não foi capaz de apresentar um contra-exemplo satisfatório para a tese de que a inspiração se limita ao texto autógrafo da Escritura.

A segunda vertente da argumentação de Chapman contra a limitação da inspiração aos autógrafos afirma que tal restrição acabaria também por restringir o *desfrute* da Escritura (v. 2Tm 3.16) aos autógrafos. Nesse caso, as traduções que hoje temos à disposição de nada nos serviriam para a doutrina e a instrução na justiça. Contudo, tal raciocínio não leva em consideração os seguintes fatos: 1) uma tradução atual pode ser escriturística em seu âmago, contanto que comunique o sentido original da Palavra de Deus; 2) uma vez que os predicados “desfrute” e “inspirado” não implicam necessariamente uma mutualidade, uma tradução moderna pode ser benéfica porque transmite a Palavra de Deus, e ainda assim não ser inspirada; e 3) o caráter de inspiração e/ou desfrute de uma cópia ou tradução das Escrituras pode ser aplicado gradativamente (conforme explicamos anteriormente neste capítulo). Portanto, o fato de que a inspiração ou a inerrância limitam-se aos autógrafos não significa que nossas cópias e traduções atuais da Bíblia não possam ser usadas com proveito genuíno em nossa experiência cristã.

Para concluir, este estudo sustenta que, embora a Bíblia ensine sua própria inerrância, a escriturização e a transcrição da Palavra de Deus nos obrigam a identificar o objeto próprio e específico da inerrância nos autógrafos originais. Esse ponto de vista sensato e já provado pelo tempo é sustentado pelos evangélicos, pelo que têm sido criticados e ridicularizados desde os tempos da controvérsia modernista em torno das Escrituras. Não obstante isso, em conformidade com a atitude dos autores bíblicos, que eram capazes de distinguir — e distinguiram de fato — as cópias dos autógrafos, as cópias da Bíblia hoje disponíveis atendem ao propósito da revelação e têm autoridade exatamente por que acredita-se que estejam vinculadas ao texto autógrafo e à sua autoridade criteriológica. A doutrina evangélica diz respeito ao texto autógrafo, e não ao códice autógrafo, e sustenta que as cópias e traduções atuais são inerrantes na medida em que refletem com precisão os originais bíblicos. Portanto, a inspiração e a inerrância das Bíblias atuais não são uma questão que se possa aceitar ou rejeitar pura e simplesmente. Os evangélicos defendem a doutrina da inerrância original não como um artifício apologético, e sim por razões teológicas, a saber: 1) Deus não prometeu que inspiraria os copistas e asseguraria a transmissão perfeita da Escritura e; 2) a qualidade extraordinária da Palavra revelada de Deus deve ser preservada contra quaisquer alterações arbitrárias. A importância da inerrância original

não decorre do fato de que Deus não possa realizar seu propósito a não ser por intermédio de um texto totalmente isento de erros, e sim que sem tal texto ficaríamos impossibilitados de confessar a veracidade de Deus, de confiar plenamente na promessa de salvação registrada nas Escrituras e de defender a autoridade epistemológica e o axioma teológico do *Sola Scriptura* (uma vez que os erros do original, diferentemente daqueles oriundos da transmissão, não seriam, em princípio, passíveis de correção). Podemos ter certeza de que possuímos a Palavra de Deus em nossas Bíblias atuais graças à providência divina. Deus não permite que seu objetivo de se revelar a si mesmo se frustrasse. Na verdade, os resultados da crítica textual confirmam que possuímos um texto bíblico substancialmente idêntico aos autógrafos.

Por fim, contrariamente a críticas recentes, a doutrina da inerrância (ou inspiração) original pode ser provada, porque não foi corrompida pelo emprego de amanuenses por parte dos autores bíblicos nem é contestada pelo uso que faz o NT da *Septuaginta* como “Escritura”. Portanto, a restrição evangélica da inerrância aos autógrafos originais é certa, basilar e defensável. Além disso, não coloca em risco a suficiência e a autoridade de nossas Bíblias atuais. Por conseguinte, a doutrina da inerrância original é recomendada a todos os crentes sensíveis à autoridade da Bíblia como Palavra de Deus e que se sentem motivados a propagá-la como tal nos dias de hoje.

Sobre o autor: Greg L. Bahnsen (1948-1995) é escritor e pesquisador acadêmico em tempo integral. Foi professor assistente de apologética no Reformed Theological Seminary, em Jackson, no Mississippi. Bacharelou-se no Westmont College, fez mestrado em teologia no Westminster Theological Seminary; é Ph.D. pela Universidade do Sul da Califórnia. É ministro ordenado da Igreja Presbiteriana Ortodoxa. Foi pastor de jovens na Primeira Igreja Presbiteriana de Manhattan Beach, na Califórnia; foi também pastor auxiliar na Calvary United Presbyterian Church, de Wyncote, na Pensilvânia. Pastoreou ainda a Trinity Chapel, em Eagle Rock, na Califórnia. Publicou, entre outros livros, *Theonomy in Christian ethics* [Teonomia na ética cristã], *Homosexuality: a biblical view* [Homossexualismo: uma perspectiva bíblica] e *A biblical introduction to apologetics* [Uma introdução bíblica à apologética]. Dentre vários artigos publicados, destacam-se: *Autographs, amanuenses, and restricted inspiration* [Autógrafos, amanuenses e inspiração restrita], na *Evangelical Quarterly*; *Socrates or Christ: the reformation of Christian apologetics* [Sócrates ou Cristo: reforma da apologética cristã] e *Pragmatism, prejudice, and presuppositionalism* [Pragmatismo, preconceito e pressuposicionalismo], em *Foundations of Christian Scholarship*; *Inductivism, inerrancy, and presuppositionalism* [Indutivismo, inerrância e pressuposicionalismo], no *Journal of the Evangelical Theological Society*, além de outros artigos, cartas e resenhas no *Westminster Theological Journal*, no *Journal of Christian Reconstruction*, no *Presbyterian Guardian*, no *Banner of Truth*, no *Cambridge Fish* e no *Chalcedon Report*. O dr. Bahnsen é membro da *Evangelical Theological Society*, da *Evangelical Philosophical Society* e do Conselho Consultivo da ICBI. É também *fellow* de inúmeras instituições.

Fonte: *A Inerrância da Bíblia*, Norman Geisler (editor), Editora Vida, pág. 185-232.